



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CAMPUS TRINDADE  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Guilherme de Lima Martinez

A escolha dos produtores de café entre o mercado interno e externo e seus possíveis efeitos na economia brasileira.

Florianópolis

2025

Guilherme de Lima Martinez

A escolha dos produtores de café entre o mercado interno e externo e seus possíveis efeitos na economia brasileira

Trabalho Monografia submetido ao curso de Ciências Econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharelado em Ciências Econômicas.

Orientador(a): Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei

Florianópolis

2025

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela  
BU/UFSC. Dados inseridos pelo próprio autor.

Martinez, Guilherme de Lima

A escolha dos produtores de café entre o mercado interno e externo e seus possíveis efeitos na economia brasileira / Guilherme de Lima Martinez ; orientador, Lauro Francisco Mattei, 2025.

56 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Café. 3. Exportação. 4. Balança Comercial. I. Mattei, Lauro Francisco. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

Guilherme de Lima Martinez

A escolha dos produtores de café entre o mercado interno e externo e seus possíveis efeitos  
na economia brasileira

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de  
Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Econômicas

Florianópolis, 10 de dezembro de 2025

**Banca examinadora**

Prof. Lauro Francisco Mattei

UFSC

Prof. Gueibi Peres Souza

UFSC

Prof. Fábio Pádua dos Santos

UFSC

Certifico que esta é a versão original e final do Trabalho de Conclusão de Curso que  
foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Economia por mim e pelos  
demais membros da banca examinadora.

---

Prof. Lauro Francisco Mattei

Orientador

Florianópolis, 2025.

## RESUMO

Os produtores brasileiros de café estão inseridos em um ambiente econômico complexo, no qual variáveis macroeconômicas, estruturais e institucionais influenciam diretamente a escolha entre comercializar a produção no mercado interno ou destiná-la ao mercado externo. Essa decisão, além de afetar a renda e a estratégia produtiva individual, gera impactos significativos sobre indicadores econômicos nacionais, como a balança comercial, a geração de divisas, o comportamento do câmbio e o desempenho do agronegócio. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar os fatores que condicionam a decisão dos cafeicultores, investigando elementos como preços internacionais, custos logísticos, exigências comerciais, políticas públicas, volatilidade cambial e estrutura tributária. A pesquisa também buscou compreender os efeitos macroeconômicos derivados dessas escolhas, examinando a relevância do café para as exportações brasileiras, sua contribuição para a economia regional e seu papel na geração de emprego e renda. Os resultados evidenciam que a comercialização do café, seja no âmbito interno ou externo, está diretamente associada à dinâmica econômica do país, reforçando a importância de políticas públicas consistentes, infraestrutura adequada e estratégias de competitividade para o fortalecimento sustentável da cafeicultura brasileira.

**Palavras-chave:** Cafeicultura; Exportações; Balança Comercial.

## ABSTRACT

Brazilian coffee producers operate within a complex economic environment in which macroeconomic, structural, and institutional variables directly influence the decision to commercialize their production in the domestic market or to direct it toward the international market. This decision, in addition to affecting individual income and production strategies, generates significant impacts on national economic indicators such as the trade balance, foreign exchange earnings, exchange rate behavior, and the overall performance of the agribusiness sector. In this context, the present study aimed to analyze the factors that condition the decision-making process of coffee producers, examining elements such as international prices, logistical costs, commercial requirements, public policies, exchange rate volatility, and the tax structure. The research also sought to understand the macroeconomic effects derived from these choices, assessing the relevance of coffee to Brazilian exports, its contribution to regional economies, and its role in generating employment and income. The results indicate that the commercialization of coffee, whether domestically or internationally, is directly associated with the country's economic dynamics, reinforcing the importance of consistent public policies, adequate infrastructure, and competitiveness strategies for the sustainable development of Brazilian coffee production.

**Keywords:** Coffee Production; Exports; Trade Balance.

## SUMÁRIO

<b>1 TEMA E OBJETIVOS DO ESTUDO.....</b>	<b>6</b>
1.1 INTRODUÇÃO.....	6
1.2 OBJETIVOS.....	6
<b>1.2.1 Objetivos Gerais.....</b>	<b>6</b>
<b>1.2.2 Objetivos Específicos.....</b>	<b>7</b>
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	7
1.4 JUSTIFICATIVA.....	8
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	9
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>10</b>
2.1 HISTÓRICO DA CAFEICULTURA NO BRASIL.....	10
2.2 AUGE E DECLÍNIO DO CICLO CAFEIEIRO.....	11
2.3 A PERMANÊNCIA DO CAFÉ NA PAUTA EXPORTADORA.....	13
2.4 O PAPEL E O FIM DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO.....	14
2.5 A EXPANSÃO PERENE NO PARANÁ.....	15
2.6 O RESSURGIMENTO NO ESPÍRITO SANTO E MINAS GERAIS.....	16
<b>3 CADEIA DA PRODUÇÃO À COMERCIALIZAÇÃO DO CAFÉ.....</b>	<b>17</b>
3.1 A CADEIA DE PRODUÇÃO DO CAFÉ NO BRASIL.....	17
3.2 DADOS DE PRODUÇÃO.....	18
3.3 DADOS DO COMÉRCIO.....	20
3.4 FUNCIONAMENTO DO MERCADO INTERNO DE CAFÉ.....	22
3.5 FUNCIONAMENTO DO MERCADO EXTERNO DE CAFÉ.....	24
3.6 FORMAÇÃO DE PREÇOS NO MERCADO INTERNO E INTERNACIONAL.....	25
3.7 BARREIRAS, CUSTOS E INCENTIVOS PARA EXPORTAÇÃO.....	27
<b>4 FATORES ECONÔMICOS QUE INFLUENCIAM A DECISÃO DOS PRODUTORES NA COMERCIALIZAÇÃO DO CAFÉ E SEUS IMPACTOS MACROECONÔMICOS.....</b>	<b>29</b>
4.1 DEMANDA INTERNA X DEMANDA EXTERNA.....	29
4.2 VARIAÇÕES CAMBIAIS E SEUS EFEITOS NO AGRONEGÓCIO.....	31

4.3 OSCILAÇÕES NOS PREÇOS INTERNACIONAIS.....	33
4.4 CUSTOS LOGÍSTICOS, TRIBUTÁRIOS E COMERCIAIS.....	35
4.5 INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E ACORDOS COMERCIAIS.....	38
4.6 RELAÇÃO ENTRE EXPORTAÇÃO DE CAFÉ E A BALANÇA COMERCIAL.....	40
4.7 IMPACTO NA GERAÇÃO DE DIVISAS E NA TAXA DE CÂMBIO.....	42
4.8 EFEITO NA RENDA DO SETOR, EMPREGO E CRESCIMENTO ECONÔMICO.....	44
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>49</b>

## **1 TEMA E OBJETIVOS DO ESTUDO**

### **1.1 INTRODUÇÃO**

A cafeicultura ocupa um papel histórico e estratégico no cenário econômico brasileiro, o setor cafeeiro tem grande importância para a economia nacional, especialmente na geração de divisas por meio das exportações (CECAFÉ, 2023; EMBRAPA, 2021). Com um mercado que conecta pequenos, médios e grandes produtores a consumidores ao redor do mundo, o Brasil consolidou-se como o maior produtor e exportador global de café, com destaque para as variedades arábica e conilon.

Apesar dessa liderança consolidada, os produtores brasileiros se deparam constantemente com um dilema de escolha: comercializar sua produção no mercado interno ou direcioná-la para o mercado externo. Essa escolha envolve uma série de fatores que ultrapassam a simples análise de preços. Questões como a volatilidade cambial, a incidência de tributos, os custos logísticos, os incentivos à exportação e a demanda nacional influenciam diretamente o comportamento dos produtores diante de suas estratégias comerciais.

Além disso, essa decisão individual de cada produtor, quando considerada de forma agregada, possui efeitos sobre a economia brasileira. A escolha entre vender para o mercado interno ou exportar pode impactar indicadores macroeconômicos como a balança comercial, a geração de divisas, a arrecadação tributária e até mesmo o comportamento da taxa de câmbio. Com isso, compreender os critérios que norteiam essa decisão torna-se essencial para entender como a dinâmica da cafeicultura influencia a economia do país em múltiplas escalas.

Diante desse contexto, este estudo busca investigar os principais elementos que orientam a decisão dos produtores de café entre os mercados interno e externo e, a partir dessa análise, compreender os possíveis desdobramentos econômicos dessa escolha no cenário nacional. Trata-se, portanto, de um esforço para ter maior clareza sobre uma problemática relevante tanto para o agronegócio quanto para a formulação de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento econômico mais eficientes.

### **1.2 OBJETIVOS**

#### **1.2.1 Objetivos Gerais**

Analisar os fatores que influenciam a decisão dos produtores de café entre vender no mercado interno ou exportar, e como essa escolha impacta a economia brasileira, com ênfase na balança comercial e nos preços domésticos.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- a) Analisar a trajetória histórica da cafeicultura no Brasil.
- b) Compreender a estrutura da cadeia produtiva e comercial do café no Brasil.

## **1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, conforme classificação proposta por Gil (2008). É considerada exploratória por buscar compreender os fatores e motivações que direcionam a decisão dos produtores de café quanto à comercialização de sua produção. Já a abordagem descritiva é aplicada na medida em que o estudo se propõe a entender de diversas formas, nos diferentes cenários econômicos, como podemos ter efeitos dessas escolhas na economia nacional. Buscando, então, descrever desde alguns dos principais fatores que afetam as decisões dos produtores, até o entendimento desses possíveis efeitos na economia brasileira.

Quanto à abordagem metodológica, adota-se uma combinação entre os métodos qualitativo e quantitativo, permitindo maior aprofundamento na análise do objeto de estudo. O método qualitativo será utilizado na interpretação de dados secundários, estudos setoriais, relatórios, artigos científicos e publicações institucionais sobre o mercado cafeeiro e o comércio exterior. Por sua vez, o método quantitativo será empregado na análise de indicadores econômicos, como volume de exportações, preços internos e externos do café, comportamento da balança comercial e flutuação da taxa de câmbio.

O procedimento técnico utilizado será o de pesquisa bibliográfica e documental, conforme orientação metodológica de Gil (2008). A pesquisa bibliográfica será desenvolvida a partir da análise de livros, artigos acadêmicos e estudos setoriais que discutem a economia do café, comércio exterior e balança comercial, como os trabalhos de Nagay (1999), Tavares (2020), Mattos (1990), Rezende (2018), entre outros autores, além de relatórios técnicos elaborados por instituições de referência.

Já a pesquisa documental será fundamentada em dados e relatórios emitidos por órgãos oficiais, como o Relatório Anual do CECAFÉ (2023), os estudos econômicos da EMBRAPA Café (2021), as estatísticas do IBGE sobre produção agrícola, as séries históricas do Banco Central do Brasil referentes à taxa de câmbio e balança comercial, e os indicadores macroeconômicos disponibilizados pelo Ipea e pelo Ministério da Economia. Essas fontes serão essenciais para a coleta de informações confiáveis e atualizadas, garantindo rigor e relevância na análise do objeto de estudo.

#### 1.4 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema deste trabalho justifica-se tanto por sua relevância econômica quanto por sua importância pessoal e profissional. O café desempenhou e desempenha um papel central na história da economia brasileira, sendo um dos principais produtos do agronegócio nacional, responsável por participação na geração de renda, empregos, divisas e superávits na balança comercial. Compreender os fatores que influenciam a decisão dos produtores entre comercializar no mercado interno ou direcionar a produção ao mercado externo torna-se importante para analisar os efeitos dessa atividade sobre a dinâmica econômica do país.

Além de sua importância macroeconômica, o tema possui forte vínculo com a experiência pessoal do autor. A família é produtora de café no Espírito Santo, região historicamente marcada pela cafeicultura e altamente dependente desse cultivo para seu desenvolvimento socioeconômico. Essa vivência direta no setor permitiu observar, na prática, os desafios, as oscilações de mercado, as decisões de comercialização e seus efeitos sobre a renda familiar e regional. Atualmente, o autor também atua profissionalmente com a produção de café, o que reforça o interesse em compreender de maneira aprofundada as variáveis que moldam o comportamento dos produtores e influenciam sua tomada de decisão.

Assim, o desenvolvimento deste estudo surge da convergência entre uma motivação acadêmica, de compreender a relação entre microdecisões dos produtores e seus impactos macroeconômicos, e uma motivação pessoal, de aprofundar o entendimento sobre a atividade que compõe a realidade cotidiana do autor e de sua família. Dessa forma, o trabalho busca não apenas contribuir para a literatura econômica sobre a cafeicultura brasileira, mas também

oferecer uma análise fundamentada que possa auxiliar produtores, cooperativas e formuladores de políticas públicas na compreensão dos desafios e oportunidades do setor.

## 1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos principais, organizados de forma lógica e sequencial, com o intuito de proporcionar uma análise aprofundada sobre os fatores econômicos que influenciam a decisão dos produtores de café em optar pela comercialização no mercado interno ou externo, e os impactos macroeconômicos decorrentes dessas escolhas.

O Capítulo 2 apresenta a Revisão de Literatura, que traça o histórico da cafeicultura no Brasil, com especial atenção ao Ciclo do Café e às transformações geográficas da produção ao longo do tempo, destacando os principais estados produtores em diferentes períodos. Além disso, aborda a permanência do café na pauta exportadora brasileira, mesmo após o declínio de seu protagonismo histórico.

No Capítulo 3, é realizada uma análise da cadeia produtiva e comercial do café, abordando desde a estrutura da produção nacional, passando pelos dados de produção e de comércio, até o funcionamento dos mercados interno e externo. Também são explorados os mecanismos de formação de preços, as barreiras e os custos envolvidos na exportação, assim como os incentivos econômicos e institucionais que influenciam o setor.

O Capítulo 4 é dedicado aos fatores econômicos que influenciam a decisão dos produtores na comercialização do café, abordando variáveis como a demanda interna e externa, as variações cambiais, oscilações nos preços internacionais, custos logísticos e tributários, políticas públicas e acordos comerciais. Este capítulo também avalia os impactos macroeconômicos dessas decisões, analisando a relação com a balança comercial, a geração de divisas, a taxa de câmbio, o emprego, a renda do setor e o crescimento econômico.

Por fim, o trabalho é concluído com as considerações finais, que resgatam os objetivos propostos e sintetizam os principais achados da pesquisa, oferecendo uma visão crítica sobre a importância da escolha entre mercado interno e externo para o setor cafeeiro e para a economia brasileira como um todo.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 HISTÓRICO DA CAFEICULTURA NO BRASIL

A história da cafeicultura no Brasil está profundamente entrelaçada com o processo de formação social, territorial e econômica do país. O café, embora não seja originário do Brasil, foi o principal vetor de transformações estruturais no século XIX e início do século XX, influenciando desde a distribuição populacional até a organização do Estado nacional.

O início do cultivo de café em território brasileiro remonta à primeira metade do século XVIII, na região da então capitania do Pará, expandindo-se posteriormente para o Maranhão e a região do Vale do Paraíba, entre o Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, foi somente no século XIX que o café se consolidou como o principal produto da pauta de exportações brasileiras, configurando-se como protagonista de um importante processo histórico: o Ciclo do Café (NAGAY, 1999).

O chamado Ciclo Cafeeiro teve início efetivo por volta da década de 1820, quando o café passou a substituir progressivamente o açúcar como principal produto de exportação brasileira. Inicialmente concentrado na província do Rio de Janeiro, o cultivo rapidamente se expandiu para o Vale do Paraíba fluminense e paulista, e posteriormente para o oeste paulista, em especial a região de Campinas (MATTOS, 1990).

Esse ciclo não se tratou apenas de uma etapa econômica, mas de uma verdadeira reconfiguração da sociedade brasileira. O café mobilizou grandes volumes de mão de obra escravizada até a abolição da escravidão em 1888, e, posteriormente, atraiu um fluxo significativo de imigrantes europeus, especialmente italianos, que passaram a compor a força de trabalho nas lavouras (REZENDE DE MELO et al., 2018).

Segundo Alcantara e Vian (2023), o avanço do café sobre novas regiões também impulsionou o surgimento de infraestruturas logísticas, como ferrovias, armazéns e portos, que permitiram a integração dessas regiões ao comércio internacional. A produção era voltada quase exclusivamente à exportação, o que garantiu ao Brasil a posição de maior produtor e exportador mundial de café desde o final do século XIX.

O avanço da cafeicultura para o interior paulista e sul de Minas Gerais representou não apenas uma expansão agrícola, mas também uma interiorização do desenvolvimento e da urbanização no Brasil. Como destacam Carvalho e Costa, a ascensão da cidade de Campinas como polo urbano e ferroviário, por exemplo, teve relação direta com a articulação entre o cultivo do café e os investimentos em infraestrutura de transporte (CARVALHO & COSTA, s.d.).

A lógica da produção cafeeira também favoreceu a formação de uma elite agrária poderosa, os chamados “barões do café”, que exerceram forte influência política e econômica durante o Império e a Primeira República. Essa elite foi central na articulação do sistema político conhecido como “café com leite”, que alternava o poder entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, principais regiões produtoras da commodity.

## 2.2 AUGE E DECLÍNIO DO CICLO CAFEEIRO

O ciclo cafeeiro atingiu seu auge entre o final do século XIX e o início do século XX, período no qual o Brasil consolidou sua posição como maior produtor e exportador mundial de café. Esse auge coincidiu com a expansão da produção em São Paulo, sobretudo no Oeste Paulista, região que passou a reunir condições ideais de clima, relevo, solo e infraestrutura para o cultivo em larga escala, além de ser favorecida pela construção de ferrovias voltadas à exportação (MATTOS, 1990).

Nesse contexto, o café assumiu um papel central na economia brasileira, onde representava cerca de 70% das exportações nacionais, sendo a principal fonte de divisas e responsável por financiar grande parte da modernização do país. O setor cafeeiro impulsionou o surgimento de bancos, companhias de transporte, empresas de seguros e de armazenagem, além de promover um processo acelerado de urbanização nas regiões produtoras.

A elite agrária formada pelos grandes produtores, conhecida como aristocracia cafeeira, ganhou poder político significativo, influenciando diretamente as decisões do Estado. Esse grupo foi o principal fator que sustentou a chamada República Velha e do pacto político conhecido como “política do café com leite”, que alternava o poder entre São Paulo

(café) e Minas Gerais (leite), simbolizando a força do setor nas estruturas de poder do país (NAGAY, 1999).

Durante esse período, o governo brasileiro adotou uma série de políticas para evitar a queda dos preços internacionais do café, sobretudo diante de crises de superprodução. O mais emblemático desses mecanismos foi a política de valorização do café, especialmente com o Convênio de Taubaté, firmado em 1906 entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O acordo previa a compra dos excedentes de café pelo governo, com financiamento externo, para manter os preços internacionais em patamares favoráveis (ALCANTARA & VIAN, 2023). Essa intervenção estatal garantiu certa estabilidade ao setor durante as primeiras décadas do século XX, permitindo que o café continuasse a sustentar boa parte da economia nacional.

O declínio do ciclo do café teve início nas décadas de 1920 e 1930, sendo acelerado por uma série de fatores internos e externos. A primeira grande ruptura ocorreu com a Crise de 1929, que derrubou os preços do café no mercado internacional. Como o Brasil era altamente dependente da exportação desse produto, a crise teve efeitos devastadores sobre a economia nacional.

A partir desse momento, a política de valorização mostrou-se insustentável. Os estoques de café adquiridos pelo governo aumentaram de forma exponencial, gerando altos custos e dificuldades de armazenagem. Em muitos casos, toneladas de café foram simplesmente incineradas ou lançadas ao mar como tentativa desesperada de reduzir a oferta e recuperar os preços internacionais (REZENDE DE MELO et al., 2018).

Internamente, o modelo econômico centrado na monocultura e na exportação do café começou a ser questionado. As transformações políticas com a Revolução de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder também contribuíram para a ruptura com a hegemonia da elite cafeeira. Houve um redirecionamento das políticas públicas em favor da industrialização e diversificação da economia, reduzindo o papel do café como pilar da estrutura econômica nacional.

O fim do ciclo cafeeiro não significou o desaparecimento da cultura do café no Brasil, mas sim sua reconfiguração. A atividade deixou de ocupar o lugar central na economia e passou a conviver com outros setores em expansão, como a indústria, a pecuária e outras

culturas agrícolas. Estados como São Paulo, antes fortemente dependentes da cafeicultura, começaram a investir em atividades industriais e urbanas, enquanto outras regiões, como Espírito Santo e sul de Minas Gerais, assumiram importância crescente na produção cafeeira a partir de meados do século XX. O declínio do ciclo, portanto, marcou o fim de uma era em que o café ditava os rumos da política e da economia brasileira, mas abriu caminho para um novo ciclo de modernização e diversificação econômica.

### 2.3 A PERMANÊNCIA DO CAFÉ NA PAUTA EXPORTADORA DO PAÍS

Após o declínio do ciclo cafeeiro nas décadas de 1930 e 1940, o café deixou de ocupar o centro da economia brasileira e do debate político nacional. No entanto, o fim do ciclo não significou o desaparecimento do setor, nem mesmo sua perda total de relevância econômica. Pelo contrário, o café seguiu presente no cenário agrícola brasileiro, com adaptações estruturais, geográficas e tecnológicas que garantiram sua permanência como uma das principais commodities agrícolas do país até os dias atuais.

Com a perda de centralidade econômica, a cafeicultura passou por um processo de readequação territorial e produtiva. Regiões tradicionais como o Oeste Paulista foram gradualmente substituídas por novas fronteiras agrícolas, sobretudo nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, onde o relevo e o clima favorecem a produção de cafés especiais e de alta qualidade. Essa reconfiguração contribuiu para a modernização do setor, com investimentos em tecnologia, mecanização e práticas sustentáveis, que elevaram a produtividade e a qualidade do café brasileiro (ALCANTARA & VIAN, 2023).

Mesmo com a perda de protagonismo interno, o Brasil consolidou-se nas últimas décadas como o maior exportador mundial de café, posição que ocupa de forma contínua, com variações pontuais. Segundo dados do CECAFÉ (2023), o país responde por aproximadamente 35% das exportações globais de café, comercializando para mais de 120 países. Essa liderança global é sustentada por uma cadeia de produção altamente estruturada, com forte presença de pequenos, médios e grandes produtores.

Além do volume, o Brasil também se destaca pela diversidade de tipos de café e pela adaptação às demandas internacionais em termos de rastreabilidade, sustentabilidade e

certificações. Essa capacidade de atender diferentes mercados, da indústria à cafeteria artesanal, é um dos pilares que explicam a permanência do café na pauta exportadora.

Embora o café hoje represente uma menor parcela das exportações brasileiras em termos proporcionais, diante do crescimento de setores como minério, soja, petróleo e carnes, ele ainda exerce papel significativo na geração de divisas, especialmente para as regiões produtoras. Além disso, por ser uma cultura com cadeia produtiva extensa, que envolve insumos, transporte, armazenagem, exportação e consumo interno, o café contribui de forma relevante para o emprego e a renda no agronegócio.

Nos momentos de alta cambial, como em períodos de desvalorização do real, a exportação de café tende a ser ainda mais estimulada, reforçando sua importância como ativo estratégico para o equilíbrio da balança comercial e para a entrada de dólares no país (NAGAY, 1999).

#### 2.4 O FIM DO PAPEL DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO

Durante o auge da cafeicultura brasileira, os estados do Rio de Janeiro e, sobretudo, de São Paulo, desempenharam papel central na consolidação do Brasil como maior produtor e exportador mundial de café. A partir da segunda metade do século XIX, o Vale do Paraíba fluminense e paulista tornaram-se o epicentro da produção cafeeira, favorecido pela disponibilidade de terras férteis, pela mão de obra escravizada e, posteriormente, imigrante, além de uma malha ferroviária em rápida expansão que escoava a produção para o porto de Santos.

O estado de São Paulo, em especial, assumiu protagonismo inquestionável com a expansão das lavouras para o interior do estado, numa dinâmica conhecida como "marcha para o oeste", que integrou regiões como Campinas, Ribeirão Preto e Franca à lógica agroexportadora cafeeira. Esse avanço territorial foi acompanhado por investimentos em infraestrutura, notadamente na construção de ferrovias, cujo papel foi determinante para a circulação da produção e o desenvolvimento urbano regional (Mattos, 1990).

Contudo, esse predomínio territorial e econômico começou a se fragilizar a partir do início do século XX. O esgotamento dos solos em algumas regiões do Vale do Paraíba,

somado ao encarecimento da terra e da mão de obra nas áreas mais antigas de cultivo, contribuiu para o declínio da produção nesses estados. Além disso, eventos climáticos adversos e a queda dos preços internacionais do café agravaram a crise do setor. O ápice desse declínio ocorreu na década de 1930, com a crise de 1929 e o colapso da Bolsa de Nova York, que levaram a uma drástica redução da demanda internacional por café, afetando diretamente os produtores paulistas e fluminenses (Nagay, 1999).

O Estado passou a intervir fortemente na tentativa de conter os impactos da superprodução e do excesso de estoques. Políticas de valorização do café e programas de queima de estoques foram adotados, mas já era evidente que a geografia cafeeira brasileira passaria por uma reconfiguração estrutural. A antiga centralidade de São Paulo e Rio de Janeiro foi, progressivamente, substituída pelo avanço da cafeicultura em novas fronteiras agrícolas, dando início a um novo capítulo na história do café no Brasil.

## 2.5 A EXPANSÃO PERENE NO PARANÁ

Com o declínio gradual da produção cafeeira nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, a cafeicultura brasileira passou por um processo de reorganização territorial. Esse movimento de migração agrícola encontrou, no Estado do Paraná, as condições ideais para uma nova fase de expansão da cultura do café.

A partir da década de 1940, o norte do Paraná passou a ser considerado uma nova fronteira agrícola para o cultivo cafeeiro. A região, ainda em processo de ocupação e com vastas extensões de terras férteis (particularmente as terras roxas), apresentava solo altamente propício ao desenvolvimento da cultura. O clima ameno e a presença crescente de infraestrutura, como ferrovias e estradas, também facilitaram a interiorização da atividade agrícola e o escoamento da produção (Alcântara & Vian, 2023).

A cafeicultura paranaense rapidamente ganhou força e passou a representar parte expressiva da produção nacional. O modelo de colonização incentivado por companhias colonizadoras, como a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, atraiu milhares de pequenos e médios produtores. Essa concentração populacional e produtiva impulsionou o surgimento de cidades e a dinamização econômica da região. Como destaca Nagay (1999), o café passou a exercer no Paraná um papel semelhante ao que havia desempenhado em São

Paulo no final do século XIX, promovendo crescimento urbano, investimentos em infraestrutura e aumento das exportações.

Apesar desse cenário promissor, a expansão cafeeira no Paraná foi marcada por um ciclo relativamente curto. A região enfrentou diversos desafios naturais e econômicos que, somados, conduziram ao rápido declínio da atividade. O maior deles foi a vulnerabilidade climática, as geadas recorrentes, especialmente as de 1975 e 1979, dizimaram vastas plantações de café em todo o norte do estado. Esses eventos climáticos foram tão devastadores que muitos produtores decidiram abandonar a cultura e migrar para outras atividades agropecuárias, como a soja e a pecuária bovina, mais adaptadas à região e menos suscetíveis ao frio intenso.

Além das questões climáticas, o esgotamento do modelo de expansão extensiva e a ausência de políticas de adaptação tecnológica específicas para a realidade paranaense contribuíram para a redução da competitividade da cafeicultura no estado. Em poucos anos, o Paraná, que havia se tornado um dos principais produtores nacionais, viu sua participação declinar de forma significativa, encerrando de maneira abrupta o que foi um dos ciclos mais promissores da história do café brasileiro.

## 2.6 O RESSURGIMENTO NO ESPÍRITO SANTO E MINAS GERAIS

Com o rápido declínio da cafeicultura no Paraná, provocado sobretudo pelas geadas severas da década de 1970, a produção cafeeira no Brasil passou por uma nova reorganização geográfica. Nesse contexto, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo emergiram como os novos pólos da cafeicultura nacional, protagonizando um processo de ressurgimento que se consolidaria nas décadas seguintes e perdura até os dias atuais.

Minas Gerais, especialmente nas regiões como o Sul de Minas, o Cerrado Mineiro e a Zona da Mata, passou a se destacar pela combinação de condições de solo e climáticas ideais ao cultivo do café arábica, variedade mais valorizada no mercado internacional. A partir dos anos 1980, o estado investiu significativamente em modernização produtiva, com a adoção de tecnologias agrícolas, mecanização da colheita, melhoramento genético e capacitação técnica dos produtores. Além disso, o fortalecimento das cooperativas, como a Cooxupé e a Cocatrel,

e o papel de instituições públicas como a EPAMIG e a EMATER-MG, contribuíram para consolidar Minas Gerais como o maior produtor nacional de café, respondendo por mais da metade da produção brasileira na atualidade (ALCÂNTARA; VIAN, 2023).

Ao mesmo tempo, o Espírito Santo consolidou sua vocação para o cultivo do café conilon, variedade mais resistente e adaptada a climas quentes e baixa altitude. A cafeicultura capixaba, tradicionalmente caracterizada por pequenas propriedades familiares, passou por um processo de profissionalização e aumento da produtividade, com melhorias no manejo, no uso da irrigação e na assistência técnica. O norte do estado, com destaque para municípios como Linhares, São Mateus e Jaguaré, tornou-se o principal centro produtor de conilon do Brasil. Ao longo do tempo, o Espírito Santo também avançou na produção de cafés arábicas de alta qualidade em regiões montanhosas como o Caparaó e as Matas de Altitude, que vêm ganhando visibilidade em premiações nacionais e internacionais por suas características sensoriais únicas e pelo terroir diferenciado (ALCÂNTARA; VIAN, 2023; REZENDE DE MELO et al., 2018).

Esse ressurgimento da cafeicultura em novos territórios não se limitou ao volume de produção, mas também representou uma mudança no modelo produtivo, incorporando práticas sustentáveis, certificações e valorização dos cafés especiais. A emergência de iniciativas como as Indicações Geográficas e Denominações de Origem contribuiu para reposicionar o café brasileiro no cenário global, evidenciando que, mesmo após o fim do ciclo econômico centrado no café, o produto continuou a desempenhar papel estratégico na economia nacional. Com isso, Minas Gerais e Espírito Santo se consolidaram como os novos pilares da cafeicultura brasileira, garantindo a permanência do Brasil como maior produtor e exportador mundial, e estabelecendo um modelo de produção pautado na qualidade, na sustentabilidade e na identidade regional.

### **3 CADEIA DA PRODUÇÃO A COMERCIALIZAÇÃO DO CAFÉ**

#### **3.1 A CADEIA DE PRODUÇÃO DO CAFÉ NO BRASIL**

A cadeia produtiva do café no Brasil é uma das mais complexas e estruturadas do agronegócio nacional, reunindo uma série de etapas interligadas que vão desde o cultivo da

planta até a comercialização do produto final, seja no mercado interno ou externo. Essa cadeia envolve múltiplos agentes, como produtores rurais, cooperativas, indústrias torrefadoras, exportadores, centros de pesquisa e órgãos reguladores, compondo um sistema dinâmico e estratégico para a economia do país.

No campo, a produção se inicia com a escolha das variedades de café mais adequadas às condições de solo e clima de cada região. O manejo do solo, o controle de pragas e doenças, e a colheita, que pode ser manual ou mecanizada, são etapas cruciais para garantir a qualidade dos grãos. Após a colheita, os grãos passam por processos de beneficiamento, como a secagem, a separação de impurezas e a classificação por tipo e qualidade, que determinam o valor de mercado do produto.

Além de sua complexidade interna, é importante destacar que a produção mundial de café é altamente concentrada em poucos países. Brasil, Vietnã, Colômbia e Etiópia são os principais produtores globais, sendo o Brasil, de forma destacada, o maior produtor e exportador de café do mundo. Essa concentração torna o mercado global do café extremamente dependente da estabilidade climática, econômica e produtiva dessas nações, cuja participação influencia diretamente a oferta e os preços internacionais. Essa centralização da produção adiciona um elemento de vulnerabilidade ao mercado mundial, tornando qualquer choque produtivo em um desses países um potencial fator de desestabilização da cadeia global.

O Brasil se destaca não apenas pelo volume produzido, mas também pela diversificação dentro da cadeia, onde o país possui uma estrutura que permite desde a produção de cafés tradicionais até cafés especiais com alto valor agregado, destinados a nichos de mercado exigentes no exterior. Essa característica contribui para a resiliência do setor frente às variações de preços internacionais e às oscilações da demanda global.

As cooperativas desempenham um papel relevante, ao oferecerem suporte técnico e comercial aos pequenos e médios produtores, além de facilitarem o acesso a mercados e promoverem certificações que valorizam a sustentabilidade e a rastreabilidade da produção. O papel das instituições de pesquisa também é fundamental no desenvolvimento de tecnologias voltadas à produtividade, à qualidade do café e à adaptação climática.

A cadeia do café no Brasil é um exemplo de integração entre ciência, agricultura e mercado, com uma estrutura sólida que sustenta a posição do país como potência no agronegócio global e garante sua presença contínua na pauta exportadora brasileira.

### 3.2 DADOS DE PRODUÇÃO

Desde o início do século XXI, a produção cafeeira brasileira tem apresentado trajetória de crescimento e transformação, tanto em volume como em composição de variedades. Em 2000, a produção total de café no Brasil era de aproximadamente 41 milhões de sacas de 60 kg, com predominância da variedade arábica, que respondia por cerca de 80% desse volume, enquanto o conilon/robusta representava os volumes restantes. Ao longo dos anos 2000 e início da década de 2010, a produção oscilou em função da bienalidade da arábica, ano de safra alta seguido por ano de safra baixa, e das condições climáticas adversas, tais como secas e geadas.

Em 2005, a produção voltava a patamares próximos de 41 a 43 milhões de sacas, ainda majoritariamente de arábica. Em 2010, o Brasil produziu cerca de 48 milhões de sacas, mantendo a tendência de estabilidade com variações anuais. A partir de meados da década de 2010, observou-se um gradual deslocamento no perfil da produção, onde o conilon passou a ganhar maior espaço em razão de sua maior resistência a geadas e menor sensibilidade à bienalidade do arábica. Dados do relatório “Coffee producer country profile: Brazil” indicam que em 2017 o conilon brasileiro atingiu volumes próximos de 18 milhões de sacas, sendo aproximadamente 29% da produção daquele ano, enquanto a arábica registrava cerca de 44 milhões de sacas.

Durante o ciclo recente, entre 2018 e 2025, o país reafirmou seu protagonismo mundial. Por exemplo, no ano-safra 2024/25 a produção brasileira foi estimada em cerca de 55 milhões de sacas de 60 kg, das quais aproximadamente 35 milhões eram de arábica e 20 milhões de conilon/robusta. Essa produção representa cerca de 37% da produção global estimada para aquele período, demonstrando que o Brasil não apenas mantém volume absoluto elevado, mas também assume papel de liderança na oferta global de café.

Quando olhamos então, para essa variação e crescimento que tivemos de 2000 para 2025, enxergamos um aumento de aproximadamente 34,15% na produção brasileira. Demonstrando que apesar dos desafios climáticos e da alta bienalidade da produção, conseguimos manter um crescimento saudável e longínquo. Esse crescimento reflete avanços tecnológicos, como melhores práticas de irrigação, melhoramento genético, mecanização e maior densidade de plantio em algumas regiões.

A mudança no perfil da produção e o volume crescente também trazem ao Brasil a posição dominante na produção global e isso traz consequências relevantes. Choques na oferta brasileira, sejam eles climáticos ou logísticos, reverberam no mercado global, elevando os preços das bolsas e afetando outros produtores. A concentração produtiva em poucos países, conferem ao Brasil um papel estratégico não apenas como fornecedor em volume, mas também como regulador indireto de preços mundiais, uma vez que variações produtivas brasileiras reverberam no mercado internacional.

### 3.3 DADOS DO COMÉRCIO

O comércio internacional do café brasileiro passou por profundas transformações ao longo das últimas duas décadas, consolidando o país como o maior exportador mundial da commodity e como um dos principais agentes responsáveis pelo equilíbrio da oferta global. A análise da série histórica entre 2000 e 2025 revela um crescimento contínuo tanto em volume embarcado quanto em receita cambial, ainda que sujeito a oscilações decorrentes de fatores climáticos, cambiais e estruturais.

No início dos anos 2000, o Brasil exportava, em média, 25 a 28 milhões de sacas por ano, segundo dados do International Coffee Organization (ICO) e do ComexStat/MDIC. A receita cambial girava em torno de US\$ 2,0 a 2,5 bilhões, refletindo o preço médio relativamente baixo no mercado internacional naquele período, quando o dólar oscilava entre R\$1,00 a R\$3,00. A partir de 2008, os embarques passaram a se aproximar de 30 milhões de sacas, impulsionados pelo aumento da produção nacional, pela expansão das áreas de conilon no Espírito Santo e pela mecanização crescente no Sul de Minas.

Entre 2010 e 2015, o comércio do café brasileiro alcançou novo patamar, com exportações variando entre 32 e 36 milhões de sacas anuais, ao mesmo tempo em que a receita cambial cresceu significativamente. Em 2011, por exemplo, o Brasil registrou receita de cerca de US\$8 bilhões, refletindo forte valorização internacional dos preços causada por restrições de oferta em países concorrentes e por um mercado global em expansão, sobretudo Europa Ocidental, Estados Unidos e Japão.

A partir de 2016, observa-se uma diversificação cada vez maior dos mercados de destino e um aumento expressivo nas exportações de cafés especiais, categoria que dobrou de tamanho entre 2010 e 2020. Segundo o Cecafé, essa tendência contribuiu para elevar o preço médio da saca exportada e ampliar a participação de países emergentes, como China, Coreia do Sul, Rússia e países árabes.

Durante a década de 2020, houve uma intensificação da posição brasileira no comércio mundial de café. Em 2020, mesmo durante a pandemia, o Brasil exportou 44,5 milhões de sacas, um recorde histórico até então, com receita de aproximadamente US\$6 bilhões, conforme dados consolidados pelo Cecafé. Esse crescimento refletiu, entre outros fatores, a resiliência logística do país, a forte demanda internacional e a desvalorização cambial, que ampliou a competitividade do café brasileiro.

O período de 2021 a 2023 foi marcado por elevada volatilidade, onde geadas e secas afetaram de forma significativa a produção brasileira, reduzindo os embarques para cerca de 35 milhões de sacas em 2022. Ainda assim, a receita cambial cresceu, devido ao forte aumento do preço internacional, que atingiu níveis superiores a US\$250 a 300 por saca, variando conforme o tipo do café. Novamente, a posição brasileira como principal fornecedor global tornou-se evidente, pois a quebra de safra no país pressionou os preços internacionais em direção à alta.

A retomada da produção em 2023 e 2024 permitiu ao Brasil voltar aos patamares elevados de exportação. Para o ano-safra 2024/25, segundo o USDA (FAS), os embarques brasileiros atingiram aproximadamente 45,58 milhões de sacas, gerando cerca de US\$14,7 bilhões em receita cambial, um dos maiores valores já registrados na história do país. Esse resultado ilustra o duplo impacto do volume exportado e da valorização dos cafés de maior

qualidade, que vêm conquistando mercados mais exigentes, especialmente na Europa, EUA, Ásia e Oriente Médio.

Além do volume exportado, é fundamental destacar o comportamento do preço médio da saca, variável crucial para a competitividade do setor. Em 2024, a saca brasileira exportada teve preço médio de US\$223,16. Já em 2025, segundo dados do Cecafé, o preço médio subiu para US\$386,24, mesmo com queda no volume embarcado no acumulado até julho, de 22,15 milhões de sacas em 2025 contra 28,18 milhões em 2024. Isso confirma o padrão histórico de que oscilações no preço impactam mais a receita cambial do que propriamente o volume exportado, sobretudo em momentos de valorização internacional da commodity.

No mercado interno, embora o Brasil seja o segundo maior consumidor mundial, o consumo doméstico gira em torno de 21 a 22 milhões de sacas, de acordo com a ABIC. A forte demanda interna exerce influência direta sobre o equilíbrio entre oferta, exportação e preços internos, o que confere ao país uma posição singular, onde o Brasil é simultaneamente um dos maiores produtores, consumidores e exportadores do mundo. Isso significa que alterações no mercado externo, de preços, câmbio, barreiras comerciais, crises internacionais, repercutem quase imediatamente no mercado interno, ajustando margens, disponibilidade e estratégias de comercialização dos produtores.

A participação do café na balança comercial brasileira também merece atenção. Dados da balança comercial apontam que o café verde cresceu cerca de 9,4% nas exportações do setor agropecuário em determinado período recente. Ainda que a participação percentual do café na pauta de exportações tenha diminuído em comparação às primeiras décadas do século XX, onde hoje representa algo em torno de 3,5%, o impacto absoluto em termos de divisas e inserção internacional continua elevado.

Em síntese, a série histórica de 2000 a 2025 revela um comércio cada vez mais robusto e dinâmico, consolidando o Brasil como ator indispensável para o abastecimento global de café. Assim, a decisão dos produtores de direcionar sua produção ao mercado interno ou externo ultrapassa o âmbito individual e adquire relevância macroeconômica, influenciando a geração de divisas, a balança comercial e a atividade econômica do país.

### 3.4 FUNCIONAMENTO DO MERCADO INTERNO DE CAFÉ

O mercado interno de café no Brasil desempenha papel crucial na cadeia de comercialização do produto, representando uma parcela significativa da demanda nacional, especialmente para o consumo doméstico. Após a etapa de produção, que envolve o cultivo, colheita, processamento e beneficiamento dos grãos, o café é direcionado a diferentes canais de distribuição, que o conduzem desde as cooperativas, armazéns e atacadistas até os pontos de consumo final, como supermercados, cafeterias, indústrias de torrefação e exportadoras que também atuam no mercado interno.

A comercialização interna é realizada majoritariamente por meio de negociações diretas entre produtores, cooperativas e compradores industriais. As cooperativas têm atuação estratégica nesse processo, funcionando como intermediárias que prestam serviços de armazenagem, classificação, padronização e até mesmo assistência técnica aos produtores, agregando valor ao produto antes de sua venda. Essas instituições ainda possuem forte influência sobre a formação de preços no mercado local, uma vez que detêm grande volume da produção e participam ativamente das negociações.

As indústrias de torrefação e moagem representam o principal elo entre a produção agrícola e o consumidor final. Elas adquirem o café beneficiado e promovem o processamento industrial que o transforma em produto pronto para o consumo. Parte relevante do café vendido no mercado interno passa por esse processo, sendo comercializado como café torrado e moído ou, mais recentemente, em formatos premium como grãos especiais, cápsulas ou café gourmet, que atendem nichos de mercado de maior valor agregado.

A precificação no mercado interno é influenciada por diversos fatores, como a qualidade do grão, a variedade cultivada, a região de origem e, em especial, as oscilações do mercado internacional, que afetam os preços de referência utilizados nas negociações locais. Apesar disso, o café destinado ao consumo interno tende a apresentar preços inferiores ao café de exportação, em virtude das exigências específicas de qualidade por parte dos compradores estrangeiros. Ainda assim, o consumo doméstico brasileiro é relevante, o Brasil está entre os maiores consumidores de café do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, o que reforça a importância econômica do mercado interno para a sustentabilidade da cadeia produtiva.

Nos últimos anos, houve também um movimento de valorização do café especial no mercado nacional, com consumidores cada vez mais atentos à procedência, à rastreabilidade e à qualidade sensorial da bebida. Isso tem impulsionado iniciativas de certificação, denominação de origem e valorização do produtor rural, aproximando o mercado interno de práticas antes restritas ao mercado externo de alto padrão.

Sendo assim, o mercado interno de café no Brasil não é apenas um canal complementar à exportação, mas um componente importante e estratégico da cadeia produtiva, capaz de absorver volumes expressivos da produção nacional, gerar renda, emprego e fomentar o desenvolvimento de setores industriais e de serviços relacionados ao consumo da bebida no território nacional.

### 3.5 FUNCIONAMENTO DO MERCADO EXTERNO DE CAFÉ

O mercado externo de café é historicamente o principal destino da produção brasileira, consolidando o Brasil como o maior exportador mundial da commodity. A dinâmica desse mercado é regida por um conjunto de fatores estruturais e conjunturais, que vão desde a competitividade da cadeia produtiva nacional até a oscilação dos preços internacionais, padrões de qualidade exigidos e acordos comerciais.

A comercialização internacional do café brasileiro tem início já nas propriedades rurais e cooperativas, que se estruturam para atender às exigências do mercado global. Após a colheita e beneficiamento, o café destinado à exportação passa por processos rigorosos de classificação, certificação e rastreabilidade, que visam garantir a conformidade com os padrões internacionais de qualidade. Esse processo é fundamental, pois os mercados compradores, especialmente a Europa, os Estados Unidos e, mais recentemente, a Ásia, impõem exigências técnicas e sanitárias cada vez mais específicas, além de valorizar atributos como sustentabilidade ambiental, comércio justo e práticas éticas de produção.

Os agentes que operam no mercado exportador brasileiro incluem produtores organizados, cooperativas, tradings, armazéns alfandegados e o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), que atua na articulação institucional e na promoção internacional do café nacional. Essas instituições são responsáveis por garantir que o produto esteja apto para o

comércio internacional, tanto em termos logísticos quanto legais, assegurando o cumprimento das normas fitossanitárias e contratuais.

O café verde, como é comercialmente chamado o café beneficiado, mas ainda não torrado, representa a maior parte das exportações brasileiras. Esse produto é negociado principalmente em bolsas internacionais de commodities, como a Bolsa de Nova York (ICE), no caso do café arábica, e a Bolsa de Londres, no caso do robusta. O preço da saca é influenciado por fatores como clima, safras globais, demanda internacional, estoques, câmbio e especulação financeira. Por isso, o mercado externo de café é altamente volátil e exige estratégias de gestão de risco por parte dos exportadores e produtores integrados à cadeia.

Nos últimos anos, o Brasil tem ampliado sua participação também no mercado de cafés industrializados e especiais. Marcas brasileiras vêm investindo na exportação de cafés torrados, em cápsulas e com certificações que atestam sua origem, qualidade e sustentabilidade. Essa diversificação permite agregar maior valor ao produto exportado, reduzir a dependência do modelo tradicional baseado em volume e abrir novos nichos de mercado, especialmente em países com consumidores mais exigentes.

Além disso, a posição do Brasil como principal fornecedor global impõe uma responsabilidade estratégica, onde qualquer variação significativa na produção brasileira tende a impactar diretamente o equilíbrio da oferta e demanda mundial, influenciando os preços internacionais. Esse cenário reforça a relevância do país na governança global do setor cafeeiro e na manutenção da estabilidade do mercado internacional.

Assim, o funcionamento do mercado externo de café envolve uma complexa engrenagem logística, institucional e mercadológica, na qual o Brasil ocupa papel central. A exportação da commodity não apenas gera expressiva receita cambial e contribui para o superávit da balança comercial, mas também consolida a imagem do país como potência agroexportadora e referência na produção de cafés de qualidade.

### 3.6 FORMAÇÃO DE PREÇOS NO MERCADO INTERNO E INTERNACIONAL

A formação de preços do café, tanto no mercado interno quanto no internacional, é um processo influenciado por múltiplas variáveis econômicas, estruturais e conjunturais,

refletindo os desdobramentos da cadeia produtiva e as condições de mercado em cada esfera de comercialização. Esses preços não são determinados de forma isolada, mas sim integrados a um sistema global de oferta e demanda que afeta diretamente o comportamento dos agentes envolvidos na produção e comercialização do produto.

No mercado internacional, os preços do café são fortemente balizados pelas cotações nas bolsas de mercadorias, sobretudo pela Bolsa de Nova York (ICE Futures US), que negocia contratos futuros de café arábica, e pela Bolsa de Londres (ICE Futures Europe), responsável pelas cotações do café robusta. Essas bolsas funcionam como referência global e são amplamente influenciadas por expectativas de safra nos principais países produtores, fatores climáticos, estoques internacionais, dinâmica cambial, consumo global e até elementos de ordem especulativa, como o movimento de fundos de investimento. Além disso, o câmbio exerce papel crucial na determinação da rentabilidade das exportações brasileiras, uma vez que o café é cotado em dólar e, portanto, a valorização ou desvalorização do real frente à moeda norte-americana impacta diretamente a competitividade do produto brasileiro no mercado externo e o valor final recebido pelos exportadores.

Paralelamente, outros elementos compõem a precificação no comércio internacional, como os custos de frete marítimo, seguro, taxas alfandegárias, exigências contratuais e certificações de qualidade. Cafés diferenciados, como os cafés especiais com origem controlada e práticas sustentáveis, são negociados por valores superiores, o que amplia as possibilidades de retorno ao produtor, desde que haja inserção em cadeias certificadas ou de nicho.

Já no mercado interno, embora o preço do café também seja influenciado pelas oscilações internacionais, ele se forma de maneira mais complexa e regionalizada. A precificação doméstica está ligada à qualidade do grão, ao custo de produção local, à logística de transporte, à dinâmica entre oferta e demanda interna e ao grau de organização dos produtores. Cooperativas, torrefadoras e comerciantes locais desempenham papel importante nesse cenário, intermediando negociações e estabelecendo valores com base em critérios técnicos, qualidade do lote e condições de entrega. As diferenças regionais também afetam o preço recebido, uma vez que regiões com melhor infraestrutura logística e proximidade de centros consumidores tendem a obter melhores valores.

Importante destacar que, mesmo em um país líder na produção e exportação de café como o Brasil, há uma defasagem histórica entre os preços praticados no mercado interno e os valores alcançados no mercado externo. Essa defasagem decorre, em parte, da menor agregação de valor nas negociações domésticas, da predominância de cafés de menor qualidade destinados ao consumo interno e da dificuldade de muitos produtores acessarem diretamente canais de exportação ou mercados premium. Como resultado, mesmo em momentos de alta nas cotações internacionais, os preços pagos ao produtor para venda no mercado interno nem sempre acompanham de maneira proporcional essa valorização externa, dando incentivos ao produtor focar na exportação. Porém, pelo outro lado, quando temos uma queda dos preços internacionais, muitas vezes o mercado interno surge como forma de escape para segurança, por ser impactado de forma mais lenta e menos rigorosa por esses preços.

No comércio externo, o produtor que consegue acessar mercados internacionais, seja diretamente ou por meio de cooperativas e exportadoras estruturadas, costuma obter remunerações mais vantajosas, especialmente quando entrega cafés com maior rastreabilidade, controle de qualidade e diferenciação sensorial. Isso justifica, em grande medida, o fato de que aproximadamente 70% da produção nacional é destinada à exportação, refletindo não apenas a robustez da demanda global pelo café brasileiro, mas também a maior atratividade econômica do mercado externo em comparação ao interno.

Dessa forma, a compreensão das dinâmicas de formação de preços nos mercados interno e internacional não apenas revela as complexidades do setor, mas também evidencia os desafios enfrentados pelos produtores, especialmente os de menor escala, no que tange à valorização da produção, à busca por maior previsibilidade de renda e à inserção em canais mais vantajosos de comercialização. Ao mesmo tempo, esse entendimento é fundamental para a formulação de políticas públicas eficazes, que promovam maior equidade na distribuição da renda gerada pela cafeicultura e incentivem práticas que elevem o padrão de qualidade e o valor agregado dos cafés brasileiros, consolidando ainda mais a posição do país como referência mundial no setor.

### 3.7 BARREIRAS, CUSTOS E INCENTIVOS PARA EXPORTAÇÃO

A exportação de café brasileiro, apesar de ser uma atividade consolidada e historicamente relevante para a economia nacional, enfrenta um conjunto de barreiras e custos que impactam diretamente a competitividade do produto no mercado internacional. Ao mesmo tempo, existem também incentivos e políticas públicas que visam fomentar essa atividade, dado o papel estratégico do café na balança comercial do país.

Entre os principais desafios enfrentados pelos exportadores de café, destacam-se os custos logísticos internos e externos. O escoamento da produção até os portos brasileiros, especialmente os de Santos e Vitória, envolve uma complexa cadeia de transporte rodoviário, muitas vezes ineficiente e onerosa. A precariedade de parte da malha logística brasileira resulta em elevados custos de frete e riscos operacionais que afetam, sobretudo, os pequenos e médios produtores que desejam acessar o mercado externo. Além disso, há os custos com armazenagem, seguros, documentação alfandegária e certificações exigidas por compradores internacionais, especialmente em mercados mais exigentes, como a União Europeia e os Estados Unidos.

Outro ponto importante são as barreiras não tarifárias, como as exigências fitossanitárias, padrões mínimos de qualidade, rastreabilidade e sustentabilidade. Essas exigências são crescentes e muitas vezes exigem a adoção de boas práticas agrícolas, certificações como UTZ, Rainforest Alliance ou Fair Trade, além de processos rigorosos de controle de resíduos químicos e práticas trabalhistas. Embora importantes para garantir a inserção em nichos de mercado com maior valor agregado, esses requisitos podem representar um obstáculo significativo, sobretudo para produtores com baixa capacidade de investimento ou suporte técnico limitado.

Em termos fiscais e burocráticos, o exportador deve seguir uma série de exigências legais e documentais, como o registro no Siscomex, emissão da nota fiscal de exportação, Declaração Única de Exportação (DU-E), registro no Radar da Receita Federal, além de conhecer os trâmites relacionados à tributação. Apesar de o café em grão estar isento de alguns tributos diretos, como o ICMS nas exportações e o IPI, os custos indiretos e o tempo gasto no cumprimento dessas obrigações representam um fator de complexidade, especialmente para quem está ingressando nesse mercado.

Por outro lado, há também importantes incentivos e vantagens que tornam a exportação de café atraente. O principal deles é a maior rentabilidade que pode ser obtida no mercado externo, uma vez que os preços internacionais, quando convertidos para a moeda nacional, geralmente são mais vantajosos do que os praticados no mercado interno, especialmente em períodos de valorização do dólar. Essa lógica é ainda mais favorável para cafés especiais, orgânicos ou certificados, que podem alcançar valores significativamente superiores, garantindo margens mais elevadas.

Do ponto de vista das políticas públicas, o governo brasileiro, por meio de instituições como a ApexBrasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos), oferece programas de capacitação, apoio à internacionalização e promoção do produto brasileiro no exterior, como o projeto setorial “Brazil. The Coffee Nation”, em parceria com a BSCA (Associação Brasileira de Cafés Especiais) e com o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé). Essas ações buscam ampliar o acesso dos produtores aos mercados internacionais, melhorar a imagem do café brasileiro e aumentar o valor agregado das exportações. Além disso, o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e outras linhas de crédito do BNDES e do Banco do Brasil, embora não sejam específicos para exportação, oferecem apoio indireto ao fortalecimento da cadeia produtiva e à qualificação dos produtores.

Há ainda mecanismos fiscais como o drawback, que permite a suspensão ou isenção de tributos incidentes sobre insumos utilizados na produção de bens exportados, e o REINTEGRA, que devolve parte dos tributos federais pagos pelas empresas exportadoras. Esses instrumentos são importantes para aumentar a competitividade internacional do café brasileiro, embora sua utilização ainda seja concentrada em grandes exportadores, por exigir estrutura contábil e jurídica especializada.

Dessa forma, o ambiente de exportação de café no Brasil é marcado por uma dinâmica dual, onde de um lado temos barreiras logísticas, burocráticas e técnicas que impõem desafios consideráveis, especialmente para pequenos produtores e de outro, temos incentivos econômicos e institucionais significativos, capazes de ampliar os ganhos dos produtores e consolidar a presença do café brasileiro nos principais mercados globais. A superação dos obstáculos depende, portanto, de uma combinação entre organização da cadeia produtiva,

apoio técnico e institucional e estratégias de agregação de valor, especialmente via qualificação do produto e inserção em nichos de mercado mais sofisticados.

#### **4. FATORES ECONÔMICOS QUE INFLUENCIAM A DECISÃO DOS PRODUTORES NA COMERCIALIZAÇÃO DO CAFÉ E SEUS IMPACTOS MACROECONÔMICOS**

##### **4.1 DEMANDA INTERNA X DEMANDA EXTERNA**

A comercialização do café no Brasil ocorre dentro de um contexto em que os produtores se deparam com dois grandes mercados de destino: o mercado interno e o mercado externo. A escolha por vender para um ou para outro não é trivial, pois envolve aspectos econômicos, logísticos, culturais e até mesmo institucionais que moldam o comportamento do produtor diante das oportunidades de venda.

No mercado interno, a demanda é historicamente sólida, impulsionada pela forte cultura do consumo de café na sociedade brasileira. O Brasil é atualmente o segundo maior consumidor mundial de café, atrás apenas dos Estados Unidos, com um consumo interno estimado em quase 21,7 milhões de sacas de 60 kg no período de 2022 para 2023 e de aproximadamente 22 milhões para o período de 2023 para 2024, segundo dados do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé) e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Esse número representa cerca de 13% do consumo global, evidenciando a relevância do mercado doméstico para o setor.

Apesar da estabilidade e robustez, o crescimento da demanda interna tem sido moderado, concentrado principalmente em nichos de valor agregado como cafés gourmet, orgânicos e especiais. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), o segmento de cafés especiais vem crescendo a taxas superiores a 15% ao ano. No entanto, os preços praticados no mercado interno tendem a ser inferiores aos do mercado externo, o que pode desestimular a comercialização doméstica, especialmente em períodos de valorização cambial ou de alta nos preços internacionais.

Por outro lado, o mercado externo representa uma via de maior potencial de rentabilidade para os produtores brasileiros. O Brasil é o maior exportador mundial de café,

sendo responsável por aproximadamente 30% das exportações globais, de acordo com a Organização Internacional do Café (ICO). A demanda internacional por café tem crescido de forma expressiva, especialmente em mercados emergentes, como o caso da China, onde o consumo aumentou mais de 150% na última década, conforme relatado pela revista Fortune China e corroborado pela análise do USDA. Atualmente, o consumo per capita chinês ainda é baixo, mas o crescimento percentual é um dos mais altos do mundo, criando um novo eixo de demanda global promissor.

Adicionalmente, o mercado internacional de café é altamente concentrado na oferta. Apenas cinco países, dentre eles, Brasil, Vietnã, Colômbia, Indonésia e Etiópia são responsáveis por aproximadamente 70% da produção global, segundo a FAO e o USDA. Essa concentração torna o mercado internacional altamente sensível a choques de oferta, como geadas no Brasil, conflitos logísticos no Vietnã ou problemas sanitários na Etiópia. Em situações como essas, os preços internacionais podem subir abruptamente, criando incentivos para os produtores brasileiros direcionarem sua produção ao exterior.

Essa dualidade na demanda obriga os produtores a operarem de forma estratégica. Muitos utilizam cooperativas, traders ou exportadoras como intermediários, que auxiliam na definição do melhor momento e mercado para a venda. Além disso, o nível de informação do produtor, sua capacidade de armazenar o produto e esperar por melhores condições de venda, bem como o acesso à infraestrutura logística, influenciam significativamente sua decisão entre o mercado interno e o externo.

Por fim, a elasticidade da demanda interna, que é mais inelástica e previsível, contrasta com a sensibilidade da demanda externa, que é mais volátil e sujeita a crises econômicas, acordos comerciais, barreiras fitossanitárias e variações cambiais. A decisão do produtor, portanto, é afetada não apenas pelo preço, mas também pela segurança, previsibilidade e estabilidade de cada mercado. A compreensão desses elementos é essencial para analisar os efeitos econômicos e estratégicos dessa escolha para o setor cafeeiro brasileiro e sua repercussão macroeconômica.

## 4.2 VARIAÇÕES CAMBIAIS E SEUS EFEITOS NO AGRONEGÓCIO

As variações cambiais exercem influência direta sobre o agronegócio brasileiro, especialmente em cadeias produtivas fortemente internacionalizadas, como é o caso do café. O câmbio afeta tanto os custos de produção quanto a rentabilidade da comercialização e funciona como um dos principais fatores econômicos considerados pelos produtores ao decidir entre vender no mercado interno ou externo.

Segundo dados do Banco Central do Brasil (BCB), entre 2000 e 2025 a taxa de câmbio apresentou forte volatilidade. O dólar variou de R\$1,80 em 2008 para mais de R\$5,50 em 2025, tendo oscilações recentes entre R\$4,80 até R\$6,00 entre 2023 e 2025. Essa instabilidade gera impactos diretos sobre os produtores, pois o café é integralmente precificado em dólar no mercado internacional.

Quando o dólar se valoriza em relação ao real, há aumento imediato da receita obtida com exportações. Uma depreciação do real eleva a rentabilidade líquida do produtor exportador, mesmo em cenários de estabilidade nos preços internacionais. Por outro lado, movimentos de apreciação do real reduzem o ganho em moeda local, tornando a exportação menos atrativa e levando os produtores a direcionar a produção ao mercado interno.

No setor cafeeiro, essa relação é ainda mais evidente. Relatórios do International Coffee Organization (ICO) indicam que a grande parte do café brasileiro destinado à exportação segue contratos indexados ao dólar. Assim, qualquer oscilação cambial repercute diretamente no preço recebido pelo produtor. Um dólar apreciado tende a compensar quedas nos preços internacionais e, muitas vezes, incentiva exportações mesmo quando o mercado global enfrenta baixa.

O câmbio também afeta os custos de produção, uma vez que grande parte dos insumos agrícolas é importada. Segundo dados do Relatório de Produção Nacional de Fertilizantes, publicado pelo Governo Brasileiro, 80% dos fertilizantes utilizados no Brasil são advindos de importação, passando assim a depender das variações cambiais. O mesmo ocorre com defensivos agrícolas e com alguns maquinários. Assim, um câmbio depreciado aumenta a receita da exportação, mas também eleva os custos, comprimindo margens e criando uma equação complexa para o produtor.

Outro ponto relevante é o timing da comercialização. Muitos produtores adotam estratégias de hedge ou travamento de preços e câmbio por meio de contratos futuros,

tentando garantir um patamar mínimo de rentabilidade frente às incertezas do mercado. No entanto, o pequeno e médio produtor nem sempre possui acesso a instrumentos de proteção cambial, ficando mais exposto às oscilações de mercado.

A volatilidade cambial também impacta o planejamento de médio e longo prazo. Períodos de forte instabilidade cambial elevam o risco da atividade agrícola, desestimulando investimentos e gerando retração na compra de insumos, afetando a produtividade futura. No caso do café, uma cultura perene, mudanças bruscas no câmbio podem alterar rapidamente o direcionamento da produção entre mercados, afetando a dinâmica da oferta interna e externa.

Assim, a volatilidade cambial afeta diretamente a decisão do produtor rural quanto à comercialização. Em geral, períodos de dólar alto incentivam exportações, elevando os ganhos em moeda local e reduzindo a disponibilidade de café no mercado interno. O resultado é menor oferta doméstica e maior direcionamento para o comércio exterior. Por outro lado, em períodos de dólar baixo, os produtores tendem a priorizar o mercado interno, onde evitam custos logísticos e burocráticos da exportação e podem obter margens mais interessantes em canais curtos de comercialização, aumentando a oferta interna e fortalecendo o ecossistema doméstico.

Em suma, o câmbio é um dos fatores mais determinantes para a decisão comercial dos produtores de café, influenciando preços, custos, planejamento e direcionamento da produção e, conseqüentemente, impactando a própria economia brasileira.

#### 4.3 OSCILAÇÕES NOS PREÇOS INTERNACIONAIS

O mercado internacional de café é historicamente marcado por significativa volatilidade de preços, influenciado por múltiplos fatores que extrapolam o controle dos produtores e dos países exportadores. Essas oscilações impactam diretamente a tomada de decisão dos cafeicultores, que precisam lidar com incertezas constantes ao planejar a comercialização de suas safras.

Entre os principais fatores responsáveis pelas variações nos preços internacionais do café, destaca-se primeiramente o clima, especialmente em países como Brasil, Vietnã e Colômbia, que juntos concentram grande parte da produção global. De acordo com a

Organização Internacional do Café (OIC), Brasil e Vietnã são responsáveis por aproximadamente 50% da oferta mundial da commodity. A ocorrência de fenômenos climáticos extremos, como geadas, secas prolongadas ou excesso de chuvas em períodos críticos, pode comprometer severamente a produção, reduzindo a oferta global e elevando os preços. Um exemplo emblemático foi a geada ocorrida em julho de 2021, no Brasil, que causou perdas significativas, especialmente no Sul de Minas e Cerrado Mineiro. Estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) indicam perdas de até 20% em algumas regiões, o que pressionou os preços para cima.

Além das condições climáticas, fatores macroeconômicos como a variação cambial do dólar e a taxa de juros nos Estados Unidos afetam diretamente os fluxos de capital especulativo nos mercados futuros. Como o café é uma commodity cotada em dólar, as decisões de investidores institucionais impactam diretamente os preços negociados nas bolsas. Os movimentos especulativos de fundos de investimento, especialmente em momentos de instabilidade macroeconômica, podem acentuar picos ou quedas nos preços, mesmo quando não há alteração expressiva nos fundamentos da oferta e da demanda.

Outro fator relevante é o comportamento da demanda global, que vem se expandindo em mercados não tradicionais. Países como China, Coreia do Sul e nações do Leste Europeu vêm apresentando crescimento expressivo no consumo de café, impulsionados pela urbanização, aumento da renda per capita e a ocidentalização dos hábitos de consumo. De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) o consumo na China aumentou na casa dos 150% nos últimos 10 anos e deve continuar crescendo, mesmo com a alta dos preços do café, o que pode impactar e sustentar ainda mais esse comportamento de alta. Ao mesmo tempo, cresce também a busca por cafés de maior qualidade, especialmente os chamados cafés especiais, com maior valor agregado. Essa mudança de perfil de consumo traz novas dinâmicas ao mercado e pressiona positivamente os preços, ao mesmo tempo em que exige maior qualidade e profissionalização por parte dos produtores.

A logística internacional também exerce papel relevante nas oscilações de preços. Durante a pandemia da COVID-19, os custos do frete marítimo aumentaram muito, além da escassez de contêineres e gargalos em portos importantes, dificultando o escoamento da produção e reduzindo a oferta disponível nos centros consumidores. Isso resultou em elevação adicional nos preços da commodity. Conforme relatório da UNCTAD (United Nations

Conference on Trade and Development), os desequilíbrios logísticos globais durante o período de 2020 a 2022 impactaram diretamente os custos de transportes, tendo conseqüentemente, impacto direto nas exportações de café, alterando a logística de preços.

Questões geopolíticas e políticas comerciais adotadas por grandes países consumidores ou produtores também influenciam a precificação do café. Sanções econômicas, embargos, restrições alfandegárias, incentivos fiscais e políticas de estoques reguladores podem alterar o equilíbrio de mercado. No Brasil, historicamente, o Instituto Brasileiro do Café (IBC) atuava nesse sentido, interferindo na oferta para influenciar preços. Hoje, países como a Etiópia e a Índia ainda utilizam políticas públicas de estoque com objetivos semelhantes.

Diante desse cenário de incertezas e múltiplos vetores de influência, os produtores brasileiros precisam tomar decisões cada vez mais estratégicas quanto ao momento de venda, à escolha do mercado, interno ou externo, e ao tipo de contrato utilizado, se à vista, a termo, futuros ou com proteção cambial. A capacidade de armazenagem, acesso à informação e apoio de cooperativas ou exportadoras são fatores que diferenciam a competitividade entre pequenos, médios e grandes produtores.

Essa alta volatilidade também representa um risco à sustentabilidade da renda dos cafeicultores, principalmente os pequenos, que não possuem margem para suportar longos períodos de preços baixos. Como resposta, muitos vêm buscando se inserir no mercado de cafés diferenciados, obtendo certificações como Fair Trade, Rainforest Alliance ou orgânicos, que permitem acesso a nichos de mercado mais estáveis e com maior valor agregado. Segundo a BSCA (Associação Brasileira de Cafés Especiais), o segmento de cafés especiais no Brasil cresce, em média, 15% ao ano, com destaque para o aumento da exportação desse tipo de produto.

Portanto, as oscilações nos preços internacionais do café são reflexo de uma complexa e interdependente rede de fatores climáticos, logísticos, econômicos e geopolíticos. Essa realidade impõe ao produtor brasileiro a necessidade de constante adaptação, planejamento e estratégia comercial apurada, a fim de se adequar ao cenário mais vantajoso de comercialização. Essas decisões, quando adotadas em larga escala, impactam diretamente

tanto o mercado interno quanto o externo, influenciando desde o preço da saca no mercado brasileiro até a competitividade do café nacional no mundo.

#### 4.4 CUSTOS LOGÍSTICOS, TRIBUTÁRIOS E COMERCIAIS

A decisão de um produtor de café sobre vender sua produção no mercado interno ou direcioná-la ao mercado externo é fortemente influenciada por uma série de custos que vão além da simples precificação da commodity ou da constante variação do câmbio. Entre os principais fatores que pesam nessa balança estão os custos logísticos, os encargos tributários e as exigências comerciais envolvidas no processo de exportação.

No que tange à logística, o Brasil enfrenta desafios estruturais significativos. A malha rodoviária, principal via de escoamento da produção, encontra-se em muitas regiões em condições precárias, elevando os custos de transporte entre as fazendas produtoras e os portos exportadores, como os de Santos (SP) e Vitória (ES). Segundo a Confederação Nacional do Transporte (CNT), 67,5% das rodovias brasileiras avaliadas em 2023 foram classificadas como “regulares”, “ruins” ou “péssimas”, aumentando o custo operacional do frete. Estimativas do Cepea/Esalq apontam que o custo logístico pode representar entre 20% e 35% do custo total de exportação da saca, dependendo da distância do produtor até o porto, o que reflete diretamente no café.

Além disso, a distância entre os polos de produção, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia com os portos eleva gastos com frete, combustível, pedágios, manutenção e tempo de viagem. Por exemplo, o frete médio de uma carga agrícola de sul de Minas para o Porto de Santos variou entre R\$420 e R\$520 por tonelada em 2023, segundo levantamento da ANTT. Tais variáveis reduzem a competitividade do café brasileiro nos mercados internacionais, especialmente quando comparado a países com infraestrutura logística mais eficiente, como o Vietnã e a Colômbia. A OCDE (2022) destaca que o custo logístico no Brasil chega a 12,4% do PIB, enquanto a média de países concorrentes é inferior a 8%. Isso reforça a dificuldade logística como elemento decisivo na escolha entre vender internamente ou exportar.

Do ponto de vista tributário, os produtores se deparam com uma carga elevada e, por vezes, complexa. Apesar de existirem mecanismos de desoneração parcial nas exportações,

como o não pagamento de ICMS nas operações externas e isenções de PIS/COFINS para empresas optantes pelo regime do drawback, muitos produtores menores, que operam fora de cooperativas ou que não possuem estrutura formalizada para exportar diretamente, acabam arcando com custos indiretos ou se veem obrigados a contratar intermediários, reduzindo sua margem de lucro. Segundo levantamento da CNA (2022), a carga tributária total incidente sobre a cadeia do café no mercado interno pode variar de 12% a 18%, dependendo do estado, enquanto na exportação, embora exista desoneração nominal, há custos elevados com despachantes, certificações e cumprimento das obrigações acessórias, que podem impactar muito, principalmente, pequenos produtores.

Além disso, o Banco Mundial (Doing Business 2020) destaca que o Brasil está entre os países onde o processo de documentação e despacho aduaneiro é mais demorado e custoso, especialmente para micro e pequenos empreendedores rurais. A burocracia para cumprimento das exigências legais, fiscais e sanitárias para exportar pode representar uma barreira significativa, o que muitas vezes faz com que o produtor opte por apenas ficar no mercado interno.

Já as barreiras comerciais se manifestam sob diferentes formas. Uma delas é a necessidade de adequação a exigências fitossanitárias e padrões de qualidade impostos por países importadores, principalmente da União Europeia e dos Estados Unidos. Essas exigências incluem rastreabilidade do produto, certificações de sustentabilidade, como Rainforest Alliance, UTZ ou Fair Trade, práticas ambientais e sociais adequadas, e análises de resíduos de agrotóxicos, tornando o processo mais custoso, especialmente para produtores menores. Embora esses requisitos possam agregar valor ao produto, onde cafés certificados recebem prêmios entre 5% e 15% acima do preço da commodity, segundo dados da Embrapa Café (2022), também demandam investimentos adicionais na produção, pós-colheita e documentação.

É importante destacar que, apesar dessas dificuldades, existem incentivos que buscam estimular a exportação. Programas como os da ApexBrasil, linhas de crédito específicas via BNDES, o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), e ações conjuntas de cooperativas e entidades como a Cecafé contribuem para facilitar o acesso dos produtores ao mercado externo. Entretanto, tais políticas são ainda pouco acessadas por produtores menores.

Diante desse panorama, a decisão de exportar exige uma análise estratégica por parte dos produtores, que devem ponderar os ganhos potenciais de preço no mercado externo frente aos custos logísticos, tributários e comerciais envolvidos. Embora o mercado externo representa uma oportunidade de maior rentabilidade, sua viabilidade depende de fatores que vão muito além do valor da saca. Exige estrutura, conhecimento técnico e articulação com entidades intermediadoras ou cooperativas exportadoras, o que em grande parte dos casos desestimula produtores menores a buscar o mercado internacional.

#### 4.5 INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E ACORDOS COMERCIAIS

As políticas públicas e os acordos comerciais firmados pelo Brasil possuem papel estratégico na dinâmica da cafeicultura nacional, influenciando diretamente as decisões dos produtores quanto à destinação de sua produção. Seja por meio de incentivos fiscais, linhas de crédito, suporte técnico ou estímulos à exportação, essas medidas moldam o ambiente econômico em que os cafeicultores operam e determinam, em muitos casos, a viabilidade econômica de optar pela comercialização interna ou externa. Segundo a OCDE (2023), setores agrícolas fortemente dependentes de políticas de apoio e crédito rural apresentam maior sensibilidade às intervenções governamentais, e o café não foge a essa regra, especialmente em regiões de pequeno e médio produtor.

Do ponto de vista interno, programas como o Prêmio para Escoamento do Produto (PEP) e o Programa de Garantia de Prêmios Mínimos (PGPM), operados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), oferecem suporte ao produtor nos momentos em que o preço de mercado não cobre os custos de produção. Embora o café nem sempre esteja entre os produtos contemplados com regularidade por esses programas, sua aplicação em momentos de crise oferece segurança e reduz a exposição dos produtores a oscilações extremas do mercado doméstico.

Adicionalmente, linhas de crédito rural subsidiadas via Plano Safra, especialmente aquelas voltadas ao custeio e investimento na cafeicultura, também têm impacto direto sobre a capacidade do produtor de estruturar sua produção e investir em melhoria de qualidade, fator relevante tanto para a competitividade interna quanto para atender os requisitos do mercado externo. O Plano Safra 2023/2024 disponibilizou R\$364,2 bilhões ao crédito rural, sendo

R\$108 bilhões destinados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e R\$81,9 bilhões ao Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), de acordo com o MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária). Para o café, os financiamentos de custeio e investimento incluem ações essenciais como renovação de lavouras, aquisição de máquinas, irrigação e tecnologia pós-colheita, que são determinantes para aumento de qualidade, um diferencial competitivo crucial no mercado externo. Levantamento do Cepea (2022) indica que produtores com acesso contínuo ao crédito rural apresentam produtividade até 20% superior em comparação aos produtores sem acesso recorrente ao financiamento agrícola formal.

As políticas de financiamento agrícola, oferecidas por bancos como o Banco do Brasil, Banco do Nordeste e cooperativas de crédito, têm sido essenciais para manter a produtividade do setor e possibilitar a profissionalização da cadeia. O Banco do Brasil, sozinho, responde por cerca de 50% do crédito rural contratado no país, e o café é uma das culturas mais financiadas dentro do segmento de permanentes. Além disso, linhas específicas do Funcafé, que destinou R\$6,37 bilhões em crédito para a cadeia cafeeira em 2023, segundo o MAPA, reforçam o papel das políticas públicas na gestão de estocagem, comercialização e exportação.

No plano internacional, os acordos comerciais firmados pelo Brasil, especialmente por meio do Mercosul e outras parcerias bilaterais, podem reduzir tarifas de exportação, facilitar a entrada do produto brasileiro em determinados mercados e melhorar sua competitividade frente a países concorrentes. Apesar de o café, por ser uma commodity amplamente negociada e com baixo nível de tarifação em diversos países, não encontrar tantas barreiras tarifárias, os acordos sanitários e fitossanitários, como os protocolos de rastreabilidade, controle de resíduos e padrões de qualidade, são exigências fundamentais para garantir o acesso a mercados como Estados Unidos, Japão e União Europeia. Segundo a OMC (2022), mais de 70% das barreiras ao café não são tarifárias, mas sim sanitárias, ambientais e de rastreabilidade. Além disso, a União Europeia aprovou em 2023 o Regulamento Anti-Desmatamento (EUDR), que exige geolocalização de todas as áreas produtoras, fator que aumenta a necessidade de regularização fundiária, tecnologia e controle por parte do produtor.

Além disso, iniciativas como a atuação do Cecafé (Conselho dos Exportadores de Café do Brasil) e da Embrapa Café, em parceria com o Ministério da Agricultura e Pecuária, têm fomentado a diplomacia agrícola e o reposicionamento da imagem do café brasileiro como um produto de alta qualidade, sustentável e rastreável. Essas ações têm contribuído para abertura e consolidação de novos mercados consumidores. Entre 2010 e 2025, as exportações de café para a Ásia cresceram de forma extremamente acentuada, segundo relatórios do Cecafé, com destaque para a China, Coreia do Sul e Filipinas, evidenciando o impacto das estratégias de diplomacia comercial agrícola.

Sendo assim, as políticas públicas e os acordos comerciais não apenas incentivam a produção e a exportação, mas também reduzem riscos e aumentam a previsibilidade no planejamento do cafeicultor. A existência ou ausência dessas ações governamentais pode alterar significativamente a atratividade relativa dos mercados interno e externo, e, portanto, influenciar diretamente a escolha do produtor na comercialização de sua safra. Possíveis alterações nessas políticas públicas, via incentivos ou novos acordos comerciais, podem alterar completamente a cadeia e incentivar produtores a pender para um lado de comercialização.

#### 4.6 RELAÇÃO ENTRE EXPORTAÇÃO DE CAFÉ E A BALANÇA COMERCIAL

A balança comercial é um dos indicadores macroeconômicos mais relevantes para a economia de um país, representando a diferença entre o valor total das exportações e o das importações de bens e serviços. No caso brasileiro, o agronegócio tem papel essencial para manter essa balança em situação superavitária. Segundo dados oficiais do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), com base no AgroStat/ComexStat, o agronegócio respondeu por aproximadamente 49% de todas as exportações brasileiras em 2024, alcançando o valor de US\$ 164,4 bilhões no ano e mantendo-se como o principal responsável pelo superávit da balança comercial do país. A exportação do café, portanto, exerce influência direta e estratégica nesse equilíbrio, o que torna a decisão dos produtores sobre a destinação da safra, mercado interno ou externo, um fator com implicações macroeconômicas.

Historicamente, o Brasil assume posição como o maior exportador mundial de café, sendo responsável por cerca de 38% do mercado internacional, segundo dados do

Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Em valores absolutos, isso representa receitas anuais expressivas. Em 2024, de acordo com dados do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), o Brasil teve uma receita de US\$14,7 bilhões com a exportação de café. Esse ingresso de divisas fortalece o saldo da balança comercial e contribui para a estabilidade da taxa de câmbio, especialmente em períodos de maior volatilidade nos mercados financeiros globais.

Quando os produtores brasileiros, influenciados por preços internacionais atrativos, desvalorização cambial ou incentivos à exportação, optam por direcionar maior parte de sua produção ao mercado externo, o impacto positivo sobre a balança comercial tende a ser evidente. Um exemplo claro é o desempenho recentemente citado, onde em 2024 o Brasil teve a receita recorde de US\$14,7 bilhões com a exportação de café, impulsionado pela forte alta dos preços internacionais e alta do dólar, impulsionando a balança comercial brasileira e auxiliando ao superávit histórico de US\$74,5 bilhões, segundo maior da história do país, de acordo com o relatório da Balança Comercial de 2024 divulgado pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). Um aumento nas exportações de café resulta em maior entrada de divisas, melhorando o saldo comercial do país, o que, por sua vez, pode contribuir para a valorização do real e fortalecer a imagem do agronegócio brasileiro no cenário global.

Por outro lado, quando fatores como queda nos preços internacionais, apreciação do real ou custos logísticos elevados reduzem a competitividade do café brasileiro no exterior, parte da produção pode ser redirecionada para o mercado interno. Em 2020, por exemplo, a valorização temporária do real e a redução da demanda global durante a pandemia provocaram uma queda de 7,2% no volume exportado (Cecafé, Relatório Anual 2020), realocando parte da produção ao mercado doméstico. Isso pode reduzir temporariamente o volume exportado e, conseqüentemente, diminuir sua contribuição para o superávit da balança comercial. Tais flutuações, mesmo que esperadas e pontuais, demonstram o grau de sensibilidade do setor às variáveis econômicas e políticas que afetam o comércio internacional.

Adicionalmente, por ser uma commodity amplamente negociada em bolsas internacionais, o café representa um ativo estratégico para o Brasil no que diz respeito à captação de moeda estrangeira. Segundo a Organização Internacional do Café (OIC), o café está entre as 10 commodities mais negociadas do mundo, o que reforça seu papel na formação

de receitas externas. Em períodos de valorização dos preços internacionais, como em 2011, 2022 e 2024, o aumento nas receitas de exportação do produto pode compensar déficits em outros setores menos competitivos ou mais dependentes de importações, como energia e tecnologia.

Vale destacar também que o café é um dos poucos produtos que possui ampla capilaridade geográfica dentro do território brasileiro, com produtores em diferentes portes e regiões contribuindo de forma significativa para a pauta exportadora nacional. De acordo com a Embrapa Café (2022), mais de 1.900 municípios brasileiros produzem café, envolvendo pequenos, médios e grandes produtores. Essa descentralização torna o setor um vetor importante de desenvolvimento regional e geração de renda, com reflexos positivos diretos sobre o desempenho da balança comercial.

A exportação do café representa mais do que uma simples transação comercial, ela é parte integrante da estratégia econômica nacional. As decisões dos produtores, que levam em conta os fatores de mercado discutidos nos tópicos anteriores, afetam diretamente o comportamento da balança comercial, reforçando a importância de políticas públicas e acordos comerciais que garantam a competitividade e a previsibilidade do setor no médio e longo prazo, garantindo assim, um bom resultado na conta final da balança comercial brasileira.

#### 4.7 IMPACTO NA GERAÇÃO DE DIVISAS E NA TAXA DE CÂMBIO

A exportação de produtos agropecuários, como o café, representa uma das principais fontes de geração de divisas para o Brasil. Como um dos maiores exportadores mundiais do grão, o país é influenciado diretamente pelas decisões dos produtores quanto à destinação de sua produção para o mercado interno ou externo. Essas escolhas, influenciadas por variáveis econômicas como preços internacionais, variações cambiais, políticas públicas e custos logísticos, têm efeitos relevantes sobre a entrada de moeda estrangeira no país e, consequentemente, sobre a taxa de câmbio.

Quando os produtores optam por direcionar sua produção ao mercado externo, há um aumento nas receitas cambiais, uma vez que os contratos de exportação são realizados, em sua

maioria, em moedas fortes como o dólar americano e o euro. Essa entrada de divisas fortalece as reservas internacionais do país e pode exercer pressão apreciativa sobre o real. Ou seja, uma alta no volume exportado de café tende a gerar maior disponibilidade de dólares no mercado interno, contribuindo para a valorização da moeda nacional. Na safra 2023/24, por exemplo, as exportações de café do Brasil atingiram cerca de 47,3 milhões de sacas de 60 kg e geraram US\$9,826 bilhões em receitas, o maior valor já registrado na série histórica de dados do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), mostrando como o produto tem capacidade de ampliar significativamente a entrada de divisas em períodos de bons preços internacionais.

Por outro lado, em cenários de retração das exportações, seja por queda nos preços internacionais, dificuldades logísticas, ou estímulos ao consumo interno, a menor entrada de moeda estrangeira pode reduzir a oferta de divisas, auxiliando o câmbio para uma possível desvalorização. Isso afeta não apenas a rentabilidade das exportações futuras, mas também o custo de importações e os indicadores de inflação no país. Estudos do Banco Central do Brasil mostram que períodos recentes de queda nos preços internacionais de commodities ou de desaceleração das exportações estão associados à redução do superávit comercial, reforçando a sensibilidade do saldo externo às condições do mercado internacional e, portanto, à dinâmica cambial.

Além disso, a geração de divisas oriunda do setor cafeeiro é estratégica para o equilíbrio macroeconômico nacional. O café é uma commodity de alta liquidez no mercado internacional e seus fluxos de exportação respondem rapidamente aos incentivos de mercado. Essa flexibilidade faz com que o setor possa atuar como uma forma de estabilizador cambial, podendo amenizar os efeitos de choques externos negativos, especialmente em contextos de alta volatilidade internacional.

Outro ponto relevante é que o comportamento dos produtores frente à taxa de câmbio não é apenas reativo, mas também estratégico. Muitos produtores e cooperativas optam por realizar hedge cambial ou utilizar contratos futuros para proteger-se da volatilidade, buscando maximizar receitas em momentos de câmbio mais favoráveis. Estratégias de hedge de preços e câmbio, utilizando contratos futuros em bolsas como a BM&F Bovespa, podem reduzir de forma significativa a variância da receita em moeda local em comparação com cenários sem proteção, o que indica um uso crescente de instrumentos financeiros modernos como

ferramenta de gestão de risco no setor cafeeiro. Isso demonstra a racionalidade econômica do setor e sua integração com instrumentos financeiros contemporâneos para tomada de decisão, conectando diretamente a gestão de risco dos produtores às condições de câmbio e de mercado internacional.

Por fim, o setor cafeeiro também contribui para a geração de divisas ao promover o Brasil como um player global na produção de cafés especiais. À medida que aumenta a demanda por cafés de qualidade superior nos mercados consumidores, como Estados Unidos, Europa e Ásia, maior é o valor agregado das exportações, fortalecendo ainda mais a entrada de capital estrangeiro e diversificando a base exportadora do país. Dados recentes do Cecafé indicam que os cafés diferenciados, aqueles de qualidade superior ou com certificações de sustentabilidade, já respondem por cerca de 18,6% do volume exportado e geraram aproximadamente US\$2,016 bilhões na safra 2023/24, com preço médio por saca superior ao dos cafés convencionais, evidenciando o potencial desse segmento para ampliar a geração de divisas por meio de maior valor agregado.

#### 4.8 EFEITO NA RENDA DO SETOR, EMPREGO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

A escolha dos produtores de café entre comercializar no mercado interno ou no mercado externo possui impactos diretos e indiretos sobre a renda do setor cafeeiro, a geração de empregos e o crescimento econômico do país. Essa decisão, que depende de uma série de fatores econômicos previamente discutidos, como preços internacionais, variações cambiais, políticas públicas e custos logísticos, é fundamental para determinar os fluxos de capital, os níveis de investimento no setor e os efeitos multiplicadores na economia. Em 2023, o valor bruto de produção (VBP) dos cafés do Brasil foi estimado em cerca de R\$ 48 bilhões, colocando o café como a quarta cultura agrícola em faturamento no país, segundo a Embrapa e o Ministério da Agricultura, o que evidencia o peso da atividade na geração de renda agropecuária. Projeções divulgadas em 2025 indicam, inclusive, que o VBP da cafeicultura pode alcançar aproximadamente R\$125,7 bilhões no ano-cafeeiro de 2025, reforçando a tendência de expansão do faturamento do setor. Esse desempenho se insere em um contexto em que o agronegócio como um todo respondeu por cerca de 23,8% do PIB brasileiro em 2023, 23,2% em 2024 e com estimativas de até 29,4% para 2025, de acordo com estimativas

do Cepea/CNA, mostrando a relevância sistêmica do campo, e da cafeicultura em particular, para o crescimento econômico nacional.

Quando a escolha dos produtores se inclina à exportação, o setor cafeeiro tende a se beneficiar de receitas mais expressivas em moeda estrangeira, principalmente quando o câmbio está favorável. Isso não apenas eleva a renda do produtor rural, mas também fortalece os elos da cadeia produtiva que dependem da exportação, como cooperativas, tradings, empresas de logística e certificadoras. A entrada de divisas contribui ainda para a solidez da balança comercial e melhora as contas externas do país, além de permitir maior capitalização do agronegócio, estimulando reinvestimentos em tecnologias, infraestrutura e expansão da produção, o que impulsiona o crescimento econômico geral.

Além disso, o aumento da receita com exportações pode refletir em maiores contratações de mão de obra em períodos de safra, intensificando os impactos positivos sobre o mercado de trabalho rural. Cidades e regiões fortemente dependentes da cafeicultura tendem a apresentar indicadores sociais mais favoráveis quando o setor está aquecido, demonstrando a correlação entre uma comercialização externa forte e o dinamismo econômico local. Dados recentes do Ministério do Trabalho e Emprego, com base na RAIS, indicam que a cafeicultura emprega formalmente mais de 114 mil trabalhadores no Brasil, sendo cerca de 80 mil apenas no cultivo do café, com remuneração média próxima de R\$ 2,1 mil, o que revela a importância do setor como empregador direto em áreas rurais e fomento da economia.

Por outro lado, em contextos de preços baixos no mercado internacional ou de elevação dos custos logísticos e tributários, os produtores podem optar por priorizar o mercado interno, o que pode gerar efeitos distintos. Embora a renda obtida internamente possa ser menor, essa escolha pode favorecer o abastecimento interno e conter pressões inflacionárias sobre alimentos e bebidas, além de beneficiar a indústria nacional de torrefação e moagem, que também é importante empregadora. Estimativas do Conselho Nacional do Café (CNC) e de entidades ligadas ao cooperativismo cafeeiro, em um estudo realizado em 2021, sugerem que a cadeia do café, da produção ao consumo final, envolve mais de 8 milhões de pessoas em atividades diretas e indiretas, incluindo agricultura, indústria, comércio e serviços, demonstrando que o mercado interno também é extremamente grande e aquecido, sustentando essas mudanças no comportamento da escolha do produtor na comercialização.

O fortalecimento do mercado interno, nesses casos, tende a impulsionar a indústria de transformação nacional do café, com estímulos à geração de valor agregado e à diversificação dos produtos ofertados, podendo incentivar o desenvolvimento de cafés especiais, cápsulas, cafés gourmet e outras formas de agregar valor ao produto. Isso não apenas sustenta empregos na indústria e no varejo, como também fortalece o consumo interno de café, que é um dos maiores do mundo. Dados divulgados pelo Consórcio Pesquisa Café e pela ABIC indicam que o consumo interno brasileiro atingiu cerca de 21,7 milhões de sacas de 60 kg no período de doze meses encerrado em 2023, o que correspondeu a aproximadamente 39,4% da produção nacional de cafés do Brasil, consolidando o país como um dos maiores consumidores globais. Atualizações de 2025 mostram que esse consumo se aproxima de 22 milhões de sacas, com crescimento contínuo, sugerindo que o mercado doméstico é um importante pilar de sustentação da renda da cadeia cafeeira, especialmente em períodos de maior incerteza externa. Tal dinâmica contribui para a resiliência econômica, reduzindo a dependência exclusiva dos mercados externos e criando oportunidades de inovação no mercado doméstico.

A manutenção de um mercado interno robusto também favorece a estabilidade dos preços e mitiga o impacto de choques internacionais, o que é positivo do ponto de vista da segurança alimentar e da estabilidade macroeconômica. Além disso, o fortalecimento da indústria nacional de café pode criar uma cadeia de valor mais completa dentro do país, estimulando o empreendedorismo e incentivando pequenas torrefadoras e cafeterias, o que amplia a geração de emprego em áreas relacionadas ao setor. O próprio Ministério da Agricultura ressalta que o café é “relevante fonte de receita para centenas de municípios” e importante na criação de postos de trabalho na agropecuária, destacando que os bons resultados combinados de exportações e consumo interno conferem sustentabilidade econômica ao produtor e às regiões cafeeiras.

Portanto, a escolha entre mercado interno e externo tem repercussões significativas sobre o desempenho econômico da cafeicultura e sobre a economia brasileira como um todo, exigindo análise constante por parte dos produtores e do Estado, com vistas a políticas que equilibrem os interesses produtivos, comerciais e sociais. Podendo ter efeitos significativos na renda do setor, nos empregos gerados na cadeia e até a incentivos de inovações no setor, tornando a decisão extremamente relevante para o setor como um todo. Em um contexto em que o agronegócio emprega mais de 28 milhões de pessoas, cerca de 26% das ocupações do

país, segundo o Cepea/CNA, a forma como a cafeicultura aloca sua produção entre mercado interno e externo influencia não apenas a renda rural, mas também o desempenho do PIB do agronegócio e o cenário econômico brasileiro.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo teve como propósito analisar os fatores que influenciam a decisão dos produtores brasileiros de café entre comercializar no mercado interno ou direcionar sua produção ao mercado externo, bem como identificar os impactos econômicos decorrentes dessa escolha. A partir da revisão histórica, da caracterização estrutural da cadeia cafeeira e da análise dos elementos econômicos que condicionam o comportamento do produtor, foi possível compreender a relevância desse processo decisório tanto no âmbito microeconômico quanto no macroeconômico.

No que se refere ao objetivo geral, verificou-se que a decisão entre os mercados interno e externo é resultado de um conjunto de variáveis interdependentes, e não de um único fator isolado. Oscilações de preços internacionais, volatilidade cambial, estrutura tributária, custos logísticos, barreiras comerciais, incentivos públicos e dinâmicas de demanda compõem o ambiente que orienta as estratégias dos produtores. Assim, confirmou-se que a escolha do destino da safra está inserida em um processo de avaliação econômica complexa, marcado por riscos, incertezas e condições estruturais específicas da cafeicultura brasileira.

Em relação aos objetivos específicos, os resultados podem ser analisados das seguintes formas. A caracterização da cafeicultura brasileira, apresentada nos capítulos iniciais, evidenciou a permanência histórica do café como atividade econômica estratégica. A análise da evolução produtiva e das regiões cafeeiras demonstrou que o setor conserva elevada importância territorial e social, contribuindo para a diversidade agrícola e para o desenvolvimento regional em estados como Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Paraná.

A identificação dos fatores que influenciam a decisão do produtor mostrou que a atratividade do mercado externo depende, sobretudo, da relação entre preços internacionais e custos internos de produção e escoamento. A competitividade brasileira é condicionada por infraestrutura logística, exigências sanitárias, custos tributários e políticas de apoio, fatores

que podem estimular ou desestimular as exportações. O mercado interno, por sua vez, tende a oferecer maior estabilidade relativa, ainda que com margens, em certos momentos, inferiores às observadas no comércio exterior.

Os impactos econômicos decorrentes da decisão dos produtores revelaram efeitos relevantes sobre a balança comercial, a geração de divisas, a taxa de câmbio, a renda do setor e o emprego. A análise realizada evidenciou que o café contribui de forma significativa para o superávit comercial do agronegócio, para o ingresso de moeda estrangeira e para a dinâmica das regiões produtoras. A exportação, ao ampliar receitas cambiais, reforça o saldo comercial, enquanto o fortalecimento do mercado interno estimula a indústria nacional de torrefação e agrega valor à cadeia. Observou-se também que a cafeicultura permanece como importante geradora de empregos diretos e indiretos, influenciando importantes indicadores socioeconômicos locais.

De maneira geral, este trabalho demonstra que a decisão comercial dos produtores de café possui implicações que ultrapassam o âmbito individual, repercutindo na estrutura econômica nacional. A complexidade da cadeia produtiva, somada à relevância do café na pauta exportadora e no consumo interno, reforça a necessidade de políticas públicas consistentes, capazes de reduzir assimetrias regionais, ampliar a competitividade e mitigar custos logísticos e tributários.

Os resultados obtidos indicam que o equilíbrio entre mercado interno e externo é fundamental para a estabilidade econômica do setor e que esse equilíbrio dependerá muito das condições macroeconômicas que impactam as decisões dos produtores. Estratégias de valorização da produção, investimentos em infraestrutura, estímulo à qualidade e previsibilidade das políticas públicas emergem como elementos centrais para o fortalecimento sustentável da cafeicultura brasileira.

Assim, conclui-se que a compreensão dos fatores que orientam a decisão dos produtores e dos efeitos dessa escolha sobre a economia brasileira contribui para uma visão mais clara sobre o papel do café no desenvolvimento econômico e na formulação de estratégias que assegurem a competitividade e a estabilidade do setor no longo prazo.

Apesar de alcançar os objetivos propostos, este trabalho apresenta algumas lacunas que podem ser exploradas por pesquisas futuras. A principal delas refere-se à ausência de

modelos econométricos ou análises quantitativas aprofundadas capazes de mensurar, com maior precisão, o grau e a forma como a decisão do produtor de café gera efeitos nas variáveis macroeconômicas, como balança comercial, geração de divisas e renda setorial. Além disso, o estudo não incorporou entrevistas ou levantamentos de campo junto aos produtores, o que poderia oferecer uma compreensão mais detalhada sobre a percepção individual dos cafeicultores e os fatores subjetivos que influenciam sua escolha entre os mercados interno e externo. Dessa forma, tais limitações abrem espaço para que futuras pesquisas ampliem a evidência empírica e aprofundem a análise comportamental e econômica da tomada de decisão no setor cafeeiro.

## REFERÊNCIAS

- BAER, W. *A economia brasileira*. 6. ed. São Paulo: Nobel, 2013.
- CECAFÉ – Conselho dos Exportadores de Café do Brasil. *Relatório Anual 2023*. Santos: CECAFÉ, 2023.
- DEAN, W. *A industrialização de São Paulo (1880–1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1971.
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Determinantes da oferta de exportação brasileira de café (1997–2016)*. Brasília: Embrapa Café, 2021.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. 13. ed. São Paulo: EdUSP, 2006.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MELO, Jhonatan Rezende de; SILVA, Nielson Fernandes Muri da; NUNES, Neuza Maria de Siqueira. *Café: origem e contribuição para a economia do Brasil*. 2018. 10 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Faculdade Metropolitana São Carlos, Rio de Janeiro, 2018.
- TANAHASHI, Allana Ayumi Nogueira. *Determinantes da oferta de exportação de café brasileira*. 2020. 79 f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.
- TAVARES, Amanda. *O impacto das variações cambiais nas exportações de café*. 2020. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Alfenas, Varginha, 2020.
- Nagay, J. H. C. *Café no Brasil: dois séculos de história*. Formação Econômica, Instituto de Economia, Unicamp, 1999.
- LUZ, Hector de Moura; CHIAPPIN, José Raymundo Novaes. *Café e seus mecanismos: uma reconstrução racional do período de 1857 a 1929*.
- MATTOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. Campinas, SP, 1990.

ALCANTARA, Isabela Romanha de e VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. Cafeicultura no Brasil: evolução e transformação de 1931 a 2021. 2023, Anais.. Piracicaba, SP: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 2023.

CARVALHO, Marcelo Soares de. A constituição de Campinas como grande centro urbano: movimentos da cafeicultura e as ferrovias entre o primeiro rush cafeeiro e a década de 1930. Coautoria de Wilma Peres Costa. Campinas, SP.

TAUNAY, Afonso E. História do café. Rio de Janeiro: DNC, v. 1941, p. 15, 1939.

Rezende de Melo, J., Fernandes Muri da Silva, N., & Maria de Siqueira Nunes, N. (2018). CAFÉ: ORIGEM E CONTRIBUIÇÃO PARA A ECONOMIA DO BRASIL.

EMBRAPA CAFÉ. “Cadeia Produtiva do Café.” Brasília, 2021.

REZENDE DE MELO et al. (2018). CAFÉ: origem e contribuição para a economia do Brasil.

ALCANTARA e VIAN (2023). Cafeicultura no Brasil: evolução e transformação de 1931 a 2021.

FERRAZ, V.A., “Coffee market price as a reflection of the Brazilian harvest”. RSD Journal, 2024.

Volsi et al., “The dynamics of coffee production in Brazil”. PLoS ONE, 2019.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO.

*Coffee Production Statistics*. Roma: FAO, 2024. Disponível em:

<https://www.fao.org/faostat/en/#data/QC>

IATA – INTERNATIONAL AIR TRANSPORT ASSOCIATION. *Flying Beans: Brewed for Take-Off – Global Coffee Trade Insights*. Genebra, 2024. Disponível em:

[https://www.iata.org/en/iata-repository/publications/economic-reports/flying-beans-brewed-fo  
r-take-off/](https://www.iata.org/en/iata-repository/publications/economic-reports/flying-beans-brewed-for-take-off/)

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Artigo – Produção total de café em nível mundial foi estimada em 1 749 milhões de sacas de 60 kg para doze meses. Brasília, 2024. Disponível em:

<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/99010562/artigo---producao-total-de-cafe-em-nivel-mundial-foi-estimada-em-1749-milhoes-de-sacas-de-60kg-para-doze-meses>

GLOBO RURAL. Ranking mostra os maiores produtores de café do mundo; Brasil está no topo da lista. Globo Rural, 2025. Disponível em:

<https://globorural.globo.com/agricultura/cafe/noticia/2025/06/ranking-mostra-os-maiores-produtores-de-cafe-do-mundo-brasil-esta-no-topo-da-lista.ghtml>

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Balança Comercial do Agronegócio – 2023/2024. Brasília: MAPA, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. ComexStat – Estatísticas de Comércio Exterior. Brasília: MDIC, 2024. Disponível em:

<https://comexstat.mdic.gov.br/>

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Marca histórica do agronegócio brasileiro destaca protagonismo na segurança alimentar global. Brasília: MAPA, 2025. Disponível em:

<https://www.gov.br/secom>

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. Coffee: World Markets and Trade. Washington, D.C.: USDA, 2023. Disponível em: <https://www.fas.usda.gov/data>

CONSELHO DOS EXPORTADORES DE CAFÉ DO BRASIL. Relatório Anual de Exportações – Coffee Export Report 2023 e 2024. São Paulo: Cecafé, 2024. Disponível em:

<https://www.cecafe.com.br/estatisticas>

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT.

Agricultural Policy Monitoring and Evaluation 2023. Paris: OECD Publishing, 2023.

Disponível em: <https://www.oecd.org>

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Inflação – Box sobre Commodities e Câmbio. Brasília: BCB, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ri>

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Anuário da Cafeicultura 2022/2023 – Observatório do Café. Brasília: Embrapa Café, 2023. Disponível em:

<https://www.embrapa.br/cafe>

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Valor Bruto da Produção Agropecuária – Café. Brasília: Embrapa Café, 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br>

EUROPEAN COMMISSION. EU Deforestation Regulation (EUDR). Brussels: European Union, 2023. Disponível em: [https://environment.ec.europa.eu/topics/forests/eu-deforestation-regulation\\_en](https://environment.ec.europa.eu/topics/forests/eu-deforestation-regulation_en)

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS – Relação Anual de Informações Sociais 2023. Brasília: MTE, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho>

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ. Indicadores da Indústria de Café 2023. São Paulo: ABIC, 2024. Disponível em: <https://www.abic.com.br>

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. Panorama do Agro – 2024. Brasília: CNA, 2024. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org>